

CESBE PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ/MF nº 09.438.590/0001-03

Assembleia Geral Ordinária - Edital de Convocação

Na forma do art. 123, da Lei nº 6.404/1976, ficam os senhores acionistas da **Cesbe Participações S.A.**, convocados para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária a realizar-se às 10h00 do dia 30 de abril de 2025, na sede da Companhia, localizada na Rua João Negrão, 2226, em Curitiba, Paraná, a fim de deliberar sobre a seguinte ordem do dia: (i) Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar, nos termos do art. 134 da Lei nº 6.404/1976, as demonstrações financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024; (ii) Deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024; (iii) Eleição de Diretoria; (iv) Fixar a remuneração global anual da administração para o exercício de 2025.

Curitiba, 14 de abril de 2025
Carlos de Loyola e Silva - Diretor Presidente

AGRO-FLORESTAL SÃO CAETANO S/A

CNPJ nº 75.713.081/0001-76

CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

Na forma do art. 123 da Lei nº 6.404/1976, ficam convocados os acionistas de **AGRO-FLORESTAL SÃO CAETANO S/A**, inscrita no CNPJ sob o n. 75.713.081/0001-76, para a Assembleia Geral Ordinária a ser realizada no dia 25 de abril de 2025, às 14h30, em primeira convocação, e às 15h00, em segunda convocação, no escritório localizado à Rua Henrique Itiberê da Cunha, 811, Curitiba-PR, CEP 80.520-120, para deliberar a respeito da seguinte ordem do dia: **a)** tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras; **b)** deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos; **c)** deliberar sobre o reajuste da remuneração dos administradores. União da Vitória, 11 de abril de 2025. Maria Verônica Longo – Diretora.

SECCIONAL BRASIL S/A
 CNPJ 83.491.985/0001-22
 ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA
 CONVOCAÇÃO

São convocados os acionistas a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária no dia 28 de abril de 2025 às 14:00 horas, na sede social, na Av. Juscelino K. de Oliveira, 4225 – CEP 81270-200 – CIC – Curitiba - Pr., a fim de deliberarem a seguinte ordem do dia: a) Prestação de contas dos administradores, exame, discussão e votação das demonstrações contábeis relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024; b) Deliberação sobre a destinação do lucro líquido do exercício e distribuição dos dividendos; c) Eleição dos membros do conselho de administração.

Joecy Wermelinger Araújo de Abreu
 Paulo Emmanuel de Abreu Junior

LOJACORR S/A REDE DE CORRETORAS DE SEGUROS

CNPJ/MF sob n. 04.529.055/0001-44

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA ESPECIAL DE PREFERENCIALISTAS

Ficam os senhores acionistas da **LOJACORR S/A REDE DE CORRETORAS DE SEGUROS** ("Lojacorr") convocados para a Assembleia Especial de Preferencialistas ("AEP"), a ser realizada no dia 30 (trinta) de abril de 2025, às 10:00 horas, na sede da Lojacorr, localizada no município de São José dos Pinhais, estado do Paraná, à rua Voluntários da Pátria, n. 196, sala 201, bairro Centro, CEP 83005-020, para deliberarem a respeito das seguintes matérias constantes da ordem do dia: (I) ratificação das deliberações tomadas em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 11 de abril de 2025 ("AGE de 11/04/2025"), a fim de re ratificar as deliberações tomadas na Ata da Assembleia Geral Extraordinária da Companhia, realizada em 01 de novembro de 2024 e arquivada na Junta Comercial do Estado do Paraná sob n. 20248776770, em sessão de 28/11/2024 ("AGE de 01/11/2024"), retificando o preço estabelecido para o resgate das ações preferenciais, (II) re ratificar as deliberações tomadas na Ata da Assembleia Especial de Preferencialistas da Companhia, realizada em 13/12/2024 e arquivada na Junta Comercial do Estado do Paraná sob n. 20249244420, em sessão de 19/12/2024 ("AEP de 13/12/2024"), para retificar o preço de resgate por ação preferencial; e (III) ratificar todas as demais deliberações tomadas pela AGE de 01/11/2024 e pela AEP de 13/12/2024 não alteradas. Os documentos relativos à matéria a ser discutida na AEP se encontram à disposição dos acionistas para consulta na sede da Lojacorr, em conformidade com as disposições da Lei 6.404/76. **INFORMAÇÕES GERAIS:** o acionista, seu representante legal ou procurador, deverá observar as disposições previstas no parágrafo 1º do artigo 126 da Lei 6.404/76 para participar da AEP, apresentando documento hábil de sua identificação.

São José dos Pinhais/PR, 17 de abril de 2025.
LOJACORR S/A REDE DE CORRETORES DE SEGUROS
 p. Dirceu Tieg

AGROPESP - AGROPECUARIA SÃO PAULO S/A

CNPJ nº 04.965.968/0001-03

CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

Na forma do art. 123 da Lei nº 6.404/1976, ficam convocados os acionistas de **AGROPESP - AGROPECUARIA SÃO PAULO S/A**, inscrita no CNPJ sob o n. 04.965.968/0001-03, para a Assembleia Geral Ordinária a ser realizada no dia 25 de abril de 2025, às 15h30, em primeira convocação, e às 16h00, em segunda convocação, no escritório localizado à Rua Henrique Itiberê da Cunha, 811, Curitiba-PR, CEP 80520-120, para deliberar a respeito da seguinte ordem do dia: **a)** tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras; **b)** deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos; **c)** deliberar sobre o reajuste da remuneração dos administradores. União da Vitória, 11 de abril de 2025. Nelson Thomasi – Diretor.

MADEIREIRA THOMASI S/A

CNPJ nº 81.637.431/0001-65

CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

Na forma do art. 123 da Lei nº 6.404/1976, ficam convocados os acionistas de **MADEIREIRA THOMASI S/A**, inscrita no CNPJ sob o n. 81.637.431/0001-65, para a Assembleia Geral Ordinária a ser realizada no dia 25 de abril de 2025, às 13h30, em primeira convocação, e às 14h00, em segunda convocação, no escritório localizado à Rua Henrique Itiberê da Cunha, 811, Curitiba-PR, CEP 80520-120, para deliberar a respeito da seguinte ordem do dia, em Assembleia Geral Ordinária: **a)** tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras; **b)** deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos; **c)** deliberar sobre o reajuste da remuneração dos administradores. União da Vitória, 11 de abril de 2025. Nelson Thomasi – Diretor.

PORTO SHOP S/A - CNPJ N. 05.047.690/0001-58

Balanco Patrimonial em 31 de Dezembro de 2024 e 2023		Demonstração do Resultado dos Exercícios Ffindos em 31 de Dezembro de 2024 E 2023 - (Em milhares de Reais)		Demonstração do Resultado Abrangente dos Exercícios Ffindos em 31 de Dezembro de 2024 e 2023 - (Em milhares de Reais)		Demonstração do Fluxo de Caixa dos Exercícios Ffindos em 31 de Dezembro de 2024 e 2023 - (Em milhares de Reais)		
	2024	2023	2024	2023	2024	2023	2024	2023
Ativo								
Circulante								
Caixa e Equivalente de Caixa	2.160	2.425						
Contas a Receber de Clientes	5.906	4.460						
Impostos a Recuperar	-	59						
	8.066	6.944						
Não Circulante								
Depósitos Judiciais	26	149						
Imobilizado	5.835	6.932						
	5.861	7.081						
Total do Ativo	13.927	14.025						
Passivo								
Circulante								
Fornecedores	901	606						
Obrigações Tributárias	1.326	1.333						
Obrigações Sociais e Trabalhistas	411	587						
	2.638	2.526						
Patrimônio Líquido								
Capital Social	6.550	6.550						
Reserva de Lucros	4.739	4.949						
	11.289	11.499						
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	13.927	14.025						
As Notas Explicativas integram o conjunto das Demonstrações Contábeis.								
Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31 de Dezembro de 2024 e 2023 - (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)								
Nota 01 - Contexto Operacional: A Companhia, constituída em 23 de abril de 2002, dando início à implementação de seu projeto e suas atividades empresariais que iniciaram em junho de 2003, mantém a complementação da implantação de seu projeto inicial. É uma sociedade por ações, de capital fechado, cuja atividade principal consiste na exploração de um centro comercial, lazer e entretenimento "Shopping Center".								
Nota 02 - Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis: As demonstrações contábeis da Companhia foram elaboradas e estão apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil.								
Nota 03 - Principais Políticas Contábeis: 3.1. Valor presente: A Sociedade elaborou cálculos relacionados ao ajuste a valor presente de ativos e passivos, considerando os prazos médios de recebimentos e pagamentos, os quais não indicaram nenhum ajuste a valor presente a ser registrado. 3.2. Instrumentos financeiros - Valor justo: Os valores registrados que envolvem instrumentos financeiros de ativos e passivos, tais como: disponibilidades, contas a receber e contas a pagar, estão compatíveis com atuais taxas de mercado para os respectivos prazos de realização e vencimento e se aproximam do valor justo conforme orientação do CPC 14 e IN CVM 475/08. 3.3. Resumo das demais práticas contábeis: As principais práticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações contábeis estão descritas a seguir: a) Base de Preparação: A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de estimativas contábeis e custo histórico como base de valor, também o exercício do julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação de políticas contábeis. b) Resultado: O resultado é apurado pelo Regime de Competência. c) Caixa e Equivalente de Caixa: São recursos mantidos em espécie na tesouraria e pelos saldos livres de movimentação dos depósitos bancários à vista. Os saldos bancários são mantidos em instituições financeiras pelo país, autorizados a funcionar pelo Banco								
Central do Brasil. d) Aplicações Financeiras: As aplicações financeiras são demonstradas pelo seu custo, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço patrimonial, sendo devido o imposto de renda retido na fonte somente no momento do resgate. e) Contas e Receber: Os valores estão avaliados pelos montantes faturados aos lojistas na data e período de locação de espaço físico até o encerramento do exercício. O saldo do contas a receber são inicialmente registradas pelo seu valor original deduzidos pela PCLD - Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa, com base em critérios definidos pela administração da companhia. Os valores a receber de clientes foram objeto de análise relacionado ao ajuste a valor presente, os quais não indicaram ajustes a serem registrados. f) Segregação de Prazos: Os Ativos Realizáveis e os Passivos Exigíveis com prazo de até 360 dias são demonstrados como Circulante. g) Imobilizado: Os bens do imobilizado estão demonstrados pelo custo de aquisição ou formação, e as depreciações de Máquinas e Equipamentos e Móveis e Utensílios foram iniciadas juntamente com as suas operações empresariais. A amortização de Beneficiárias em Imóveis de Terceiros será								
Curitiba, 15 de março de 2025.								
Rubens Jacob Teig - Diretor Presidente								
Edison de Melo - CRC/PR-024.935/O-6								

Faça suas publicações legais no DI&C.

A transparência é total e a cobertura é perfeita.

As publicações acima foram realizadas e certificada no dia 17/04/2025

Aponte a câmera do seu celular para o QR Code para acessar a página de Publicações Legais no portal do Jornal Indústria & Comércio ou acesse através do link: https://www.diarioinduscom.com.br/Publicacoes_Legais



Documento final gerado em 17/04/2025 00:02:53

Esse documento pode ser validado através do QR CODE abaixo, ou via URL: <https://incodigital.ipsign.com.br/validador>

Identificador de validação: 25371d9ba0a2969e40f614cf75975c4b6c123cf2f966bc347d063b5a01886639



Assinatura

Assinado em: 17/04/2025 00:02:59

Tipo de assinatura: Desenho na tela

Assinante: Fabiano Fernando Furtado - INCO EDITORA DIARIO INDUSTRIA E COMERCIO LTDA

CPF: 01993841938

E-mail: financeiro2@induscom.com.br

Identificador: fb2468b1a532053c2f1fe238ceef8eca



IP	Local	Cidade	CEP	UF	Software
187.53.118.239, 172.31.8.249	-25.4278167, -49.2385438	Curitiba	82530-230	PR	Google Chrome/Microsoft Edge 135.0.0.0 / Windows



Emitido por: Fabiano Fernando Furtado - INCO EDITORA DIARIO INDUSTRIA E COMERCIO LTDA

E-mail: financeiro2@induscom.com.br

As partes reconhecem e declaram que o presente instrumento pode ser assinado entre as mesmas e respectivas testemunhas (quando presentes), por meio físico ou eletrônico, sendo certo que neste último caso as assinaturas serão consideradas juridicamente válidas, autênticas e vinculativas, nos termos da legislação aplicável.

Esse documento assinado de forma eletrônica está em conformidade com o Código Civil, Código de Processo Civil, Legislação vigente que regula as assinaturas eletrônicas e Medida Provisória nº 2.200-2/2001.

Documento assinado com certificado digital em conformidade com a legislação aplicável vigente. A validade do mesmo poderá ser confirmada através do verificador de conformidade do ITI - Instituto Nacional de Tecnologia da Informação, através do link: validar.iti.gov.br

A assinatura desse documento com certificado digital, gerará crítica em caso de tentativa de modificação do seu conteúdo, podendo ser constatada nas propriedades dos certificados digitais do mesmo, quando o arquivo for aberto através de visualizadores de PDF de terceiros.

Esse documento é acompanhado do seu PROTOCOLO DE AUTENTICIDADE, em arquivo paralelo, no qual se encontra o hash SHA256 de validação, o que garante que o conteúdo desse documento não sofreu alteração após assinatura das partes. O hash SHA256 deverá ser o mesmo obtido através dos mecanismos de extração de hash disponíveis pelas ferramentas de terceiros.



DTCOM DIRECT TO COMPANY S/A

Companhia Aberta - CNPJ: 03.303.999/0001-36 - NIRE: 4130001789-1

Relatório da Administração

Aos Senhores Acionistas: Atendendo às disposições legais e estatutárias, a DTCOM Direct to Company S.A. apresenta-lhes, a seguir, o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras preparadas de acordo com o International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e, também, com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil e normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM). As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil que inclui, os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), suas interpretações técnicas ("ICPC") e orientações ("OCP"), as instruções e demais orientações emitidas e aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), as normas internacionais de relatório financeiro ("IFRS") emitidos pelo International Accounting Standards Board ("IASB") e interpretações emitidas pelo International Financial Reporting Interpretations Committee ("IFRIC"), as quais, evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e que estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. Base de mensuração, as Demonstrações Financeiras foram preparadas com base no custo histórico, que, no caso de ativos e passivos financeiros, quando aplicável, é ajustado para refletir a mensuração ao valor justo. **1. Mensagem da Administração:** Em 2024, tanto a economia global quanto a brasileira enfrentaram desafios significativos. A inflação persistente, as taxas de juros elevadas e a instabilidade política e econômica em diversas regiões marcarem o cenário econômico mundial. A desaceleração da economia global, particularmente atingindo mercados-chave, foi agravada por conflitos geopolíticos e pela volatilidade cambial que impactaram o comércio internacional e reduziram a confiança dos consumidores. No Brasil, o panorama não foi distinto, com o elevado endividamento das famílias e um ambiente de cautela, fatos que limitaram o poder de consumo e pressionaram as condições econômicas internas. Ao longo da nossa história, fomos testados em cenários adversos e, embora não tenhamos a capacidade de prever as crises, temos sim a de enfrentar os desafios com base no talento e na determinação das equipes, na solidez financeira e no comprometimento dos nossos acionistas. Essas características, somadas à gestão prudente e ao mesmo tempo corajosa, são fundamentais para estarmos entre as maiores empresas de desenvolvimento e produção de conteúdo digital. Continuamos avançando com sucesso na evolução do portfólio e na busca de novas oportunidades de crescimento e de criação de valor. Acreditamos em nossa capacidade de superação frente aos desafios que o cenário macroeconômico nos apresenta, agradecemos aos acionistas, por sua contínua confiança em nossa capacidade de criar valor a longo prazo; nossos colaboradores, por sua dedicação e comprometimento com os resultados; nossos fornecedores, por sua parceria; e nossos clientes, que preferem nossas marcas e nos desafiam constantemente na busca da superação em qualidade, inovação e criatividade. Embora 2024 tenha sido um ano de desafios, encerramos o período com uma posição financeira sólida, um rigoroso controle de despesas. Cada obstáculo superado tem sido uma oportunidade para aprendizado e crescimento, o que faz desta a melhor ocasião para reconhecermos o grandioso esforço do efetivo da Empresa e para cumprimentar a todos pelo significativo sucesso alcançado. Agradecemos aos nossos colaboradores pelo empenho e dedicação, aos acionistas, clientes e parceiros pela confiança e reafirmamos nosso compromisso com a inovação e o fortalecimento contínuo das nossas relações. Seguimos em direção a um futuro competitivo e com foco em resultados positivos, e no impacto benéfico para a sociedade. **2. Quem Somos:** Quando o assunto é educação, a DTCOM larga na frente. São 25 anos de história e pioneirismo na transmissão de conhecimento - o que nos rendeu o título de maior empresa de desenvolvimento e produção de conteúdo digital do país após a fusão com a FabriCO em 2016. Atuando com tecnologias educacionais, possuímos uma divisão especializada em plataformas e conteúdos educacionais. Contamos com equipes multidisciplinares e com foco educacional, que buscam potencializar a capacidade dos seus clientes, sempre com entregas de qualidade. Estamos presentes em toda a vida do indivíduo, desde a formação básica até a superior, seja com soluções completas em grandes grupos educacionais ou com tecnologia de base para empresas que buscam formar os seus colaboradores com foco em competências. É por isso que a DTCOM atua de maneira ampla, trazendo produtos e serviços com foco na experiência do indivíduo. Desde 2000 na Bovespa, a DTCOM desenvolve processos com transparência e solidez e conta com um time de renome no conselho de acionistas, que depositam sua confiança em nossos resultados. A DTCOM realiza desenvolvimento e produção de conteúdo digital através dos seus canais, atendendo clientes corporativos e instituições acadêmicas. Além de desenvolver conteúdo técnico, acadêmico entre outros, customizado (Inteligência Educacional e WAYCO), a DTCOM oferece por meio de suas plataformas tecnológicas acervos de cursos e treinamentos para o desenvolvimento de pessoas, bem como de gestão de aprendizagem, colaboração e gestão do conhecimento (DTcom2GO). Somos movidos pela aprendizagem digital. Afinal, estamos em constante movimento para enfrentar os desafios do dia a dia e propor soluções educacionais que mobilizam a sociedade ao nosso redor. É por isso que a DTCOM entrega o que há de melhor para você fazer a diferença desde a sua formação até o contínuo desenvolvimento de competências para o seu sucesso profissional. **3. Onde atuamos:** Estamos presentes em toda a vida do indivíduo, desde a formação básica até a superior, seja com soluções completas em grandes grupos educacionais ou com tecnologia de base para empresas que buscam formar os seus colaboradores com foco em competências. É por isso que a DTCOM atua de maneira ampla, trazendo produtos e serviços com foco na experiência do indivíduo. **4. Estrutura Societária:** O capital social, subscrito e integralizado é de R\$ 68.223.102,16 (sessenta e oito milhões, duzentos e vinte e três mil, cento e dois reais e dezesseis centavos), divididos em 10.680.476 (dez milhões, seiscentos e oitenta e quatrocentos e setenta e seis) ações ordinárias e 450.655 (quatrocentos e cinquenta mil e seiscentos e cinquenta e cinco) ações preferências, todas sem valor nominal. Todas as ações da Companhia são escriturais, permanecendo em contas de depósito, em nome de seus titulares, sem emissão de certificados nos termos dos Artigos 34 e 35 da Lei 6404/76. As ações preferenciais possuem preferência na prioridade no reembolso do capital, sem prêmio no caso de liquidação da Companhia, e, no direito a percepção de dividendos no mínimo 10% (dez por cento) maiores do que os atribuídos às ações ordinárias. **5. Performance no mercado de ações:** A Companhia negocia suas ações na Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (BM&FBovespa), com o código DTCY3. **6. Conselho de Administração - CA:** É um órgão de deliberação colegiado, eleito pela Assembleia Geral dos Acionistas e composto por composto de no mínimo 4 (quatro) e no máximo 7 (sete) membros, acionistas, residentes no país, eleitos e destituíveis a qualquer tempo na forma do Estatuto Social da DTCOM. O mandato é de 03 (três) anos, permitida a reeleição. As reuniões extraordinariamente ocorrem

sempre que necessário. A Companhia conta com a participação de grupos empresariais e de investidores como a, MAG Seguros e Previdência, Ouro Verde Investimentos e Participações S.A., Augustus Administração, F. Mota Administração e o Grupo Petrelli. **7. Diretoria:** É um órgão de deliberação colegiado que tem como atribuição a gestão dos negócios da DTCOM, seguindo as diretrizes estratégicas estabelecidas pelo Conselho de Administração. Composta por até 07 (sete) membros, pessoas naturais, acionistas ou não, residentes no País. O mandato é de 03 (três) anos, permitida a reeleição. A Companhia somente poderá assumir obrigações mediante a assinatura conjunta de dois Diretores, sendo um deles o Diretor Administrativo-Financeiro e de Relações com Investidores, de um Diretor conjuntamente com um procurador, ou de dois procuradores com poderes especiais. O Conselho de Administração poderá autorizar um só Diretor a representar a Companhia, para a prática de determinados atos ou negócios, devendo a ata de reunião mencionar expressamente os atos e operações e ser arquivada no Registro do Comércio. Os mandatários da Companhia serão sempre constituídos por procuração assinada pelo Diretor Presidente em conjunto com o Diretor Administrativo-Financeiro e de Relações com Investidores, na qual serão especificados os poderes outorgados e o prazo do mandato que, com exceção dos mandatos "adjudicia", não poderá ser superior a 1 (um) ano. **8. Desempenho econômico-financeiro:** A análise de desempenho da Companhia remete ao aprofundamento dos balizes do negócio, como meio de identificar as ameaças, oportunidades e definir diretrizes que busquem a perenidade do projeto. Identificou-se uma queda de receita bruta, se comparado ao ano anterior, passando de R\$ 6.444 em 2023 para R\$ 5.977 em 2024, consequência da redução no ingresso de novos projetos, influenciado pelo cenário econômico atual. Mesmo com a redução da Receita Bruta a Companhia considera o desempenho deste exercício como positivo face os desafios que o ano de 2024 impôs ao mercado. Clientes dos desafios presentes e futuros, a Administração da Companhia permanece segura quanto à execução do seu plano estratégico e segue trabalhando diariamente para garantir a continuidade operacional, que tem como objetivo final nada além da preservação do caixa da Companhia pelos próximos anos e a retomada gradual e orgânica das operações. O desempenho financeiro reflete um cenário já previsto pela Administração, visto o cenário econômico brasileiro, marcado por instabilidades e incertezas, os indicadores macroeconômicos demonstraram queda significativa no volume de investimentos e retração da economia.

	31.12.2024	31.12.2023
Recitas		
Prestação de serviços	5.977	6.444
Total das Recitas Operacionais	5.977	6.444
Dedução das Recitas Operacionais		
Impostos sobre vendas	(65)	(110)
Total das deduções	(65)	(110)
Total das Recitas Operacionais, líquidas	5.913	6.334

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. Condizente com outras empresas do setor, a Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde a dívida líquida expressa como percentual do capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos incluindo de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial, subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida. **9. Custos dos serviços prestados:**

	31.12.2024	31.12.2023
Custos dos serviços prestados		
Produção de conteúdo/gravação	(1.642)	(2.919)
Depreciações e amortizações	(856)	(2.015)
Pessoal	(1.075)	(1.420)
Serviços de terceiros	(598)	(526)
Honorários da Administração	(222)	(250)
Energia Elétrica	(22)	(21)
Total dos custos dos serviços prestados	(4.415)	(7.151)

A redução das despesas de custos deve-se a redução da receita e as ações de otimização dos recursos mantendo mesma qualidade para a estrutura como um todo. Itens como produção de conteúdo/gravação são reflexos diretos do planejamento estratégico. Alinhado ao posicionamento comercial, a Companhia se posicionou fortemente no mercado oferecendo rol completo de serviços de desenvolvimento profissional, desde prestação de consultoria com diagnóstico das necessidades de desenvolvimento de seus clientes, até a produção de conteúdo em vários níveis de competência profissional. Neste caso, a empresa não se limitou a fornecer conteúdo pré-determinado por meio de seu acervo de cursos, ela investiu substancialmente em sua fábrica de conteúdo para produção de conteúdos customizados. Na DTCOM, acreditamos que a excelência do conteúdo começa com a autoria. É por isso que nos dedicamos a contratar especialistas altamente capacitados para elaborar conteúdos que atendam às necessidades e expectativas de nossos clientes. Nossos especialistas são apoiados em todas as etapas do processo de criação, o que garante que o conteúdo final esteja em conformidade com as diretrizes e especificações do projeto. Dessa forma, podemos assegurar que nossos clientes recebam conteúdo de qualidade superior e que atenda às suas expectativas. **10. Gestão de Capital:**

	31.12.2024	31.12.2023
Total de Empréstimos (nota 10)	693	2.067
Menos: Caixa e equivalente de caixa (Nota 4)	(2.613)	(890)
Dívida Líquida	(1.920)	1.177
Total do Patrimônio Líquido	1.244	(3.997)
Total do Capital	(676)	(2.820)
Índice de alavancagem financeira	284%	-42%

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. Condizente com outras empresas do setor, a Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde a dívida líquida expressa como percentual do capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos incluindo de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial, subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do

patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida. Ademais, a Administração planejou ações que estará e vem sendo implementadas, objetivando a melhoria do cenário econômico e financeiro da Companhia, dentre elas: - Reduziu significativamente os custos fixos, readequou suas operações deixando de incorrer em alugueis com a devolução de escritórios locados e a utilização intensiva do home-office; - Viando a adequação de seu fluxo de caixa às obrigações tributárias, também acompanha as decisões dos órgãos governamentais a fim de incluir seus débitos de natureza tributária e não tributária, em programas de parcelamentos e/ou benefícios fiscais (redução de multas e juros, utilização de créditos tributários e prejuízos fiscais) e assim regularizar débitos tributários federais, estaduais e/ou municipais; - Segue fazendo a gestão do seu caixa diariamente com definições de ações para buscar a melhor solução financeira a fim de preservá-lo, como o controle e corte de gastos; - Não captou novos empréstimos, mas tem linhas de crédito disponíveis, que, em uma necessidade imediata podem ser obtidas com aval dos acionistas ou supridas por eles no curto prazo, como já realizado em anos anteriores; - Em dezembro de 2024, os acionistas assinaram um acordo com a Companhia com o objetivo de amortizar prejuízos acumulados no decorrer do 1º sem. de 2025. - Os prazos de pagamentos aos seus fornecedores estão normalizados; Clientes dos desafios presentes e futuros, a Administração da Companhia permanece segura quanto à execução do seu plano estratégico e segue trabalhando diariamente para garantir a continuidade operacional, que tem como objetivo final nada além da preservação do caixa da Companhia pelos próximos anos. Considerando o perfil de endividamento da Companhia, o seu fluxo de caixa e a sua posição de liquidez, a Administração acredita que a Companhia tem liquidez e recursos de capital suficientes para cobrir os investimentos, despesas, dívidas e outros valores a serem pagos nos próximos anos. A Companhia não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando. A Companhia acredita que possui estrutura de capital adequada a suas operações e nível confortável de alavancagem financeira. A Companhia monitora periodicamente a necessidade de reavaliação das premissas de classificação de risco dos clientes que baseiam o cálculo da estimativa de perdas por créditos de liquidação duvidosa, bem como a existência dos indicadores de impairment sobre o ativo imobilizado e ativo intangível. As projeções vendas e de fluxo de caixa preparadas pela Administração para 2025, indicam uma posição de liquidez suficiente para atender aos compromissos de curto prazo e compromissos de investimentos. Caso seja necessário contrair empréstimos para financiar seus investimentos e aquisições, a Companhia tem capacidade e linhas de crédito disponíveis para contratá-los, também há possibilidade de contrair mútuos juntos aos seus acionistas, caso necessário. Até a emissão dessas demonstrações financeiras, a Companhia não identificou a necessidade de alteração relevante na classificação de risco de seus clientes que gerasse incremento material no montante estimado de perda por créditos de liquidação duvidosa registrado em 31 de dezembro de 2024 ou outros efeitos adversos a serem contabilizados nestas demonstrações financeiras. Os diretores acreditam que a Companhia possui estrutura de capital adequada a suas operações e nível confortável de alavancagem financeira. Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a continuidade de suas operações, oferecendo retorno aos acionistas, além de proporcionar a melhor gestão de caixa, obtendo o menor custo de captação de recursos na combinação de capital próprio e capital de terceiros. A Diretoria entende que a atual estrutura de capital é compatível com as operações da Companhia. As necessidades de financiamento são supridas por meio da geração de caixa advinda das operações da Companhia e por acesso a linhas de crédito junto a bancos de fomento e outras instituições financeiras e por captação junto aos seus acionistas.

	31.12.2024	31.12.2023
Total do passivo circulante	4.451	4.735
Total do passivo não circulante	4.060	5.197
Total do patrimônio líquido (Passivo a Descoberto)	1.244	(3.997)
Total do Passivo	9.755	5.935

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia apresentou um excesso de passivo circulante em relação a seu ativo circulante no montante de R\$ 2.377, um patrimônio líquido negativo (passivo a descoberto) de R\$ 3.997 e um prejuízo no exercício de R\$ 3.957. Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia reverteu o excesso de passivo circulante em relação a seu ativo circulante, apresentou um patrimônio líquido de R\$ 1.244 e um prejuízo no exercício de R\$ 1.139. **11. Relacionamento com Acionistas e Investidores:** Para maiores esclarecimentos, acionistas e investidores podem entrar em contato pelo telefone (55) (41)3671-9000 (41) 9 9871-0221, enviando um e-mail para ri@dtcom.com.br ou cristiane@dtcom.com.br ou através do Fale com RI do site de Relações com Investidor. **12. Recursos Humanos:** Temos a convicção que a execução de nossa estratégia depende de profissionais que tenham uma direção clara, alinhamento com os planos e comprometimento e identificação com os valores da organização. A política de recursos humanos adotada pela Companhia visa a valorização do indivíduo e retenção de talentos. A Companhia adota uma política salarial e de benefícios compatíveis com o mercado e investe intensamente na capacitação e motivação dos seus colaboradores. A Companhia está constantemente preocupada com o ambiente de trabalho, incentivando a discussão de ideias e possibilitando a participação de todos nos processos decisórios. **13. Relacionamento com Auditores Independentes:** Com o objetivo de atender à Resolução CVM nº 162 de 13 de julho de 2022, a DTCOM informa que a MULLER & PREI AUDITORES INDEPENDENTES S/S, prestadora dos serviços de auditoria externa à Companhia, não prestou serviços não relacionados à auditoria externa durante o exercício de 2024. A política da Companhia na contratação de eventuais serviços não relacionados à auditoria externa junto ao auditor independente fundamenta-se nos princípios que preservam a independência do auditor, quais sejam: (a) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente e (c) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente. **14. Declarações da Diretoria:** Declaramos, na qualidade de Diretores Estatutários da DTCOM Direct to Company S.A., em conformidade com a Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, Subseção III - Demonstrações Financeiras, inciso V do artigo 27, que revisamos, discutimos e concordamos com as opiniões expressas no Parecer dos auditores independentes, e; Declaramos, na qualidade de Diretores Estatutários da DTCOM Direct to Company S.A., em conformidade com a Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, Subseção III - Demonstrações Financeiras, inciso VI do artigo 27, que revisamos, discutimos e concordamos com as informações apresentadas nas Demonstrações Financeiras da Companhia, referentes aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2023 e 2024. Quatro Barras, 28 de março de 2025. **A Diretoria**

Balanço Patrimonial - Exercício findo em 31/12/2024 e 2023 (Valores expressos em milhares de reais)			
	31.12.2024	31.12.2023	
Ativo Circulante			Passivo Circulante
Caixa e equivalente de caixa (Nota 4)	2.613	890	Empréstimos e financiamentos (Nota 9)
Contas a receber de clientes (Nota 5)	2.030	1.035	Empréstimos e financiamentos (Nota 9)
Impostos a recuperar (Nota 8)	232	324	Fornecedores (Nota 10)
Outros créditos	38	-	Impostos e contribuições a recolher (Nota 8)
Partes relacionadas (Nota 9.1)	3.900	-	Obrigações sociais e trabalhistas (Nota 11)
Adiantamentos a fornecedores	23	8	Adiantamento de clientes (Nota 12)
Despesas do exercício seguinte	41	101	Provisões (Nota 13)
Total do ativo circulante	8.877	2.358	Total do passivo circulante
Não circulante			Não circulante
Direitos realizáveis	-	1.843	Empréstimos e financiamentos (Nota 9)
Contas a receber de clientes (Nota 5)	-	1.843	Impostos e contribuições a recolher (Nota 8)
Imobilizado (Nota 6)	3	4	Total do passivo não circulante
Intangível (Nota 7)	875	1.730	Patrimônio líquido (Passivo a descoberto)
	878	1.734	Capital social (Nota 15. a)
			Reservas de capital
			Reservas de lucros (Nota 15. b)
			Adiantamento para futuro aumento de capital
			Prejuízos acumulados
			Total do patrimônio líquido (Passivo a descoberto)
			Total do passivo e do patrimônio líquido
	9.755	5.935	9.755
			5.935

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (Valores expressos em milhares de reais)						
	Adiantamento para futuro		Reservas de lucros			
	Capital social	aumento de capital	Reservas de capital	Subvenção	Prejuízos acumulados	Total
Em 01 de Janeiro de 2023	68.223	-	150	-	(68.413)	(40)
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	(3.957)	(3.957)
Em 31 de dezembro de 2023	68.223	-	150	-	(72.370)	(3.997)
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	6.380	-	-	-	6.380
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	(1.139)	(1.139)
Destinações propostas no exercício:						
- Realização / (Constituição) de reservas	-	-	(150)	150	-	-
Em 31 de dezembro de 2024	68.223	6.380	-	150	(73.509)	1.244

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Demonstração do fluxo de caixa - Método indireto (Valores expressos em milhares de reais)						
	31.12.2024	31.12.2023		31.12.2024	31.12.2023	
Lucro (prejuízo) do período	(1.139)	(3.957)	Impostos e contribuições a recolher	(678)	94	
Ajustes para reconciliar o resultado do exercício com recursos provenientes de atividades operacionais:			Obrigações sociais e trabalhistas	(101)	60	
Depreciação e amortização	856	2.015	Outras contas a pagar	(56)	(242)	
Ganho decorrente de novo parcelamento	-	(176)	Adiantamento de clientes	803	(289)	
Juros Incorridos	-	88		(47)	(359)	
Juros bancários	60	-	Disponibilidades líquidas consumidas nas atividades operacionais	(1.166)	(489)	
Baixa de dívidas tributárias prescritas	-	(1.314)	Fluxo de caixa das atividades de financiamentos			
Baixa de juros e multa sobre dívidas tributárias prescritas	-	(660)	Pagamento de empréstimos e financiamentos	(249)	(276)	
Baixa de créditos tributários	-	557	Pagamento de juros sobre empréstimos e financiamentos	(60)	(104)	
Perda (Ganho) na venda do ativo imobilizado	-	(160)	Captação de empréstimo com partes relacionadas	3.198	1.125	
Baixa por impairment do precatório de Sergipe	-	(1.229)	Disponibilidades líquidas geradas (consumidas) nas atividades de financiamentos	2.889	745	
	(223)	(4.836)	Fluxo de caixa utilizado nas atividades de investimentos			
Redução (aumento) dos ativos operacionais			Aquisição de ativo imobilizado	-	(27)	
Contas a receber de clientes	(995)	3.327	Venda de ativo imobilizado	-	160	
Impostos e contribuições a recuperar	92	(20)	Disponibilidades líquidas geradas nas atividades de investimentos			
Adiantamentos a fornecedores	(15)	1				
Outras contas a receber	(38)	1.406	Aumento (redução) no saldo de caixa e equivalentes de caixa	1.723	389	
Despesas do exercício seguinte	60	(8)	Disponibilidade no início do período	890	501	
	(896)	4.706				
Aumento (redução) dos passivos operacionais			Disponibilidade no final do período	2.613	890	
Fornecedores	(15)	18				

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Demonstração do Resultado - Exercícios findos em 31/12/2024 e 2023 (Valores expressos em milhares de reais, exceto pelo prejuízo por lote de mil ações)		
	31.12.2024	31.12.2023
Receita operacional líquida (Nota 16)	5.913	6.334
Custo dos serviços prestados (Nota 17)	(4.415)	(7.151)
Lucro bruto	1.498	(817)
Despesas operacionais (Nota 18)		
Despesas administrativas e gerais	(1.718)	(1.994)
Despesas com vendas	(552)	(767)
Honorários da administração	(276)	(462)
Outras receitas (despesas) operacionais	416	663
Prejuízo antes do resultado financeiro	(632)	(3.377)
Receitas financeiras (Nota 19)	41	191
Despesas financeiras (Nota 19)	(548)	(771)
Lucro (prejuízo) antes do IR e CS	(1.139)	(3.957)
Prejuízo do exercício	(1.139)	(3.957)
Quantidade de milhares de ações ao final do exercício	11.131	11.131
Prejuízo por ação no final do exercício (Nota 16.c)	(0,1023)	(0,3555)
As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.		

Demonstração do Resultado Abrangente - Exercícios findos em 31/12/2024 e 2023 (Valores expressos em milhares de reais)		
	31.12.2024	31.12.2023
Prejuízo do exercício	(1.139)	(3.957)
Resultado abrangente do exercício	(1.139)	(3.957)
As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.		

Demonstração do Valor Adicionado - Exercícios findos em 31/12/2024 e 2023 (Valores expressos em milhares de reais)		
	31.12.2024	31.12.2023
1. Receitas		
1.1. Serviços prestados	5.977	6.444
1.2. Outras receitas operacionais	416	663
	6.393	7.107

Demonstração do Valor Adicionado - Exercícios findos em 31/12/2024 e 2023 (Valores expressos em milhares de reais)		
	31.12.2024	31.12.2023
2. Insumos adquiridos de terceiros		
2.1. Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	3.078	4.724
	3.078	4.724

Demonstração do Valor Adicionado - Exercícios findos em 31/12/2024 e 2023 (Valores expressos em milhares de reais)		
	31.12.2024	31.12.2023
3. Valor adicionado bruto (1-2		

...continuação

DTCOM DIRECT TO COMPANY S/A - Companhia Aberta - CNPJ: 03.303.999/0001-36 - NIRE: 4130001789-1

Notas Explicativas das Demonstrações Financeiras relativas ao Exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1. Contexto operacional: A DTCOM - Direct to Company S.A. ("DTCOM" ou "Companhia"), é uma sociedade de capital aberto, com sede em Quatro Barras, Paraná e está registrada na Bolsa de Valores do Estado de São Paulo (BOVESPA) sob o código DTCY3, Nível Básico. A Companhia realiza desenvolvimento e produção de conteúdo digital através dos seus canais, atendendo clientes corporativos e instituições acadêmicas. Além de desenvolver conteúdo técnico e acadêmico, a DTCOM oferece por meio de suas plataformas tecnológicas acervos de cursos e treinamentos para o desenvolvimento de pessoas, bem como de gestão de aprendizagem, colaboração e gestão do conhecimento (DTCOM2GO). A Companhia conta com a participação de grupos empresariais e de investidores como a, MAG Seguros e Previdência, Ouro Verde Investimentos e Participações S.A., Augustus Administração, F. Mota Administração e o Grupo Petrelli. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia apresentou um excesso de passivo circulante em relação a seu ativo circulante no montante de R\$ 2.377, um patrimônio líquido negativo (passivo a descoberto) de R\$ 3.997 e um prejuízo no exercício de R\$ 3.957. Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia reverteu o excesso de passivo circulante em relação a seu ativo circulante, apresentou um patrimônio líquido de R\$ 1.244 e um prejuízo no exercício de R\$ 1.139. Em 2024 identificou-se uma queda de receita bruta, se comparado ao ano anterior, passando de R\$ 6.444 em 2023 para R\$ 5.977 em 2024, consequência da redução no ingresso de novos projetos, influenciado pelo cenário econômico atual. Mesmo com a redução da Receita Bruta a Companhia considera o desempenho deste exercício como positivo face os desafios que o ano de 2024 impôs ao mercado. As demonstrações financeiras foram preparadas com base na premissa de continuidade operacional, que contempla a continuidade das operações, realização de ativos e de passivos e compromissos no curso normal dos negócios. A avaliação da Administração considera o plano de negócios da Companhia que inclui ações futuras planejadas, bem como premissas relevantes do setor da macroeconomia. As premissas foram atualizadas para considerar os principais cenários possíveis esperados pela Companhia com base em todas as informações relevantes disponíveis até a data de autorização para a emissão dessas demonstrações financeiras. As projeções vendas e de fluxo de caixa preparadas pela Administração e apresentadas ao Conselho de Administração para 2025, indicam uma posição de liquidez suficiente para atender aos compromissos de curto prazo e compromissos de investimentos. Caso seja necessário contrair empréstimos para financiar seus investimentos e aquisições, a Companhia tem capacidade e linhas de crédito disponíveis para contratá-los, também há possibilidade de contrair mútuos juntos aos seus acionistas, caso necessário. Ademais, a Administração planejou ações que estará e vem sendo implementadas, objetivando a melhora do cenário econômico e financeiro da Companhia, dentre elas: - Reduziu significativamente os custos fixos, readequou suas operações deixando de incorrer em aluguéis com a devolução de escritórios locados e a utilização intensiva do home-office; - Visando a adequação de seu fluxo de caixa às obrigações tributárias, também acompanha as decisões dos órgãos governamentais a fim de incluir seus débitos de natureza tributária e não tributária, em programas de parcelamentos e/ou benefícios fiscais (redução de multas e juros, utilização de créditos tributários e prejuízos fiscais) e assim regularizar débitos tributários federais, estaduais e/ou municipais; - Segue fazendo a gestão do seu caixa diariamente com definições de ações para buscar a melhor solução financeira a fim de preservá-lo, como o controle e corte de gastos; - Os prazos de pagamentos aos seus fornecedores estão normalizados; Clientes dos desafios presentes e futuros, a Administração da Companhia permanece segura quanto à execução do seu plano estratégico e segue trabalhando diariamente para garantir a continuidade operacional, que tem como objetivo final nada além da preservação do caixa da Companhia pelos próximos anos e a retomada gradual e orgânica das operações. **2. Base de preparação das demonstrações financeiras:** **2.1 Base de preparação:** As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil que inclui, os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), suas interpretações técnicas ("ICPC") e orientações ("OCCP"), as instruções e demais orientações emitidas e aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), as normas internacionais de relatório financeiro ("IFRS") emitidos pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB") e interpretações emitidas pelo *International Financial Reporting Interpretations Committee* ("IFRIC"), as quais, evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e que estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. A Administração da Companhia autorizou em 14 de março de 2025, a conclusão da elaboração destas demonstrações financeiras, considerando os eventos subsequentes ocorridos até esta data. **2.2 Base de mensuração:** As Demonstrações Financeiras foram preparadas com base no custo histórico, que, no caso de ativos e passivos financeiros, quando aplicável, é ajustado para refletir a mensuração ao valor justo. **3. Sumário das principais práticas contábeis:** **3.1 Estimativas e julgamentos críticos:** A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com as Normas Contábeis Adotadas no Brasil e nos IFRS requer o uso de certas estimativas críticas. Este fato também exige que a Administração da Companhia exerça uma maior capacidade de julgamento na aplicação das políticas contábeis, e, portanto, na determinação de estimativas relacionadas à probabilidade de eventos futuros, os resultados reais eventualmente podem divergir dessas estimativas. Na preparação das demonstrações financeiras, a Companhia adotou algumas variáveis e premissas derivadas de sua experiência histórica, dentre outros fatores que entende como razoáveis e relevantes. Os resultados poderiam ser distintos dos estimados sobre premissas, variáveis ou condições diferentes, mas as áreas onde julgamentos e estimativas significativas foram feitos na preparação de tais demonstrações financeiras e seus efeitos referem-se a: Provisão estimada para créditos de liquidação duvidosa ("provisão para *impairment* do contas a receber") (Nota 5); A Companhia efetua estimativa de perda das contas a receber considerando o histórico de perdas dos clientes e as perdas esperadas baseada nas análises de deterioração de riscos de créditos dos clientes monitoradas pela área de crédito e cobrança, consistentemente com a política contábil aplicada. (a) Recuperabilidade e vida útil do acervo técnico classificado no ativo intangível (Nota 7). A Companhia revisa anualmente a vida útil do acervo técnico relacionado ao desenvolvimento de cursos disponibilizado em plataforma e oferecido em forma de acesso aos seus clientes. A recuperabilidade está vinculada às premissas de geração de lucros futuros que levam em conta a estimativa de receita a ser gerada nos anos seguintes, deduzida da amortização anual. No entendimento da Administração da Companhia, os assuntos acima não apresentam risco significativo de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social. **3.2 Conversão de moeda estrangeira:** As demonstrações financeiras estão apresentadas em R\$ (reais), que é a moeda funcional da Companhia. As operações com moedas estrangeiras, quando realizadas, são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou nas datas da avaliação, quando os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais relacionados com empréstimos, caixa e equivalentes de caixa são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira. **3.3 Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses e com risco insignificante de mudança de valor. As aplicações financeiras estão representadas pelos valores de aplicação avaliados ao custo mais rendimentos auferidos até a data do balanço patrimonial. **3.4 Instrumentos financeiros: Ativos financeiros: I. Classificação:** A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias de mensuração: • Mensurados ao custo amortizado. • Mensurados ao valor justo (seja por meio de outros resultados abrangentes ou por meio do resultado). A classificação depende do modelo de negócio da Companhia para gestão dos ativos financeiros e os termos contratuais dos fluxos de caixa. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. **ii. Reconhecimento e mensuração inicial:** Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado quando: (i) é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e (ii) seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR (valor justo por meio do resultado), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação. As contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. **Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio:** A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem, principalmente: • As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. • Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia; • Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; **iii. Mensuração subsequente e ganhos e perdas: Ativos financeiros a custo amortizado:** Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado. **Ativos financeiros a VJR - Valor Justo por meio do Resultado:** Quando existentes, esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado. **Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas:** Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. **iv. Desreconhecimento: Ativos financeiros:** A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. **Passivos financeiros:** A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo

financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. **v. Redução ao valor recuperável (*impairment*):** Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*). A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre os outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial. Para os ativos financeiros que não as contas a receber de clientes classificados como ao custo amortizado, a Companhia avalia em base prospectiva, as perdas esperadas de crédito associadas. A metodologia de "*impairment*" aplicada depende de ter havido ou não um aumento significativo no risco de crédito e indicadores que possam revelar perdas. Para as contas a receber de clientes, a Companhia aplica a abordagem simplificada conforme permitido pelo IFRS 9/CPC 48 e, por isso, reconhece as perdas esperadas ao longo da vida útil a partir do reconhecimento inicial dos recebíveis. **vi. Compensação:** Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **vii. Instrumentos financeiros derivativos:** A Companhia não celebrou contratos com instrumentos financeiros derivativos em nenhum dos exercícios apresentados. **3.5 Ativos não financeiros:** Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia são revisados a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de valor que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável. Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma proporcional. Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada ao ágio não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. **3.6 Contas a receber de clientes:** As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela prestação de serviços no decurso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente há um ano ou menos (ou outro que atenda o ciclo normal da Companhia), as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos as perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa ("PECLD" ou "*impairment*"). **3.7 Impostos a recuperar e a recolher:** O montante dos impostos correntes a pagar ou a recolher é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recolhidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Os impostos são mensurados com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço E juros são apropriados ao passivo quando o pagamento ocorre após o vencimento de cada imposto. **3.8 Ativos intangíveis:** As licenças de software adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para ser utilizados. Os custos associados à manutenção de softwares ou que não atendam a esses critérios são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. A amortização é calculada e reconhecida em bases lineares, respeitando a vida útil estimada de utilização. O acervo técnico é capitalizado com base nos custos incorridos para desenvolvê-lo, incluindo gastos com pessoal e serviços de terceiros. A amortização ocorre linearmente conforme a vida útil do acervo, que é estabelecida a partir do período de tempo que a Companhia espera obter benefícios econômicos futuros. **3.9 Imobilizado:** No exercício corrente o imobilizado é compreendido por equipamentos de informática e é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida do resultado do exercício, quando incorridos. A depreciação é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada. Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado. **3.10 Fornecedores e outras contas a pagar:** As contas a pagar aos fornecedores e as outras contas a pagar são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. **3.11 Empréstimos e financiamentos:** Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço. **3.12 Provisões:** O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, contingências ativas e contingências passivas são efetuados de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento CPC 25 e consideram premissas definidas pela administração da Companhia e seus assessores jurídicos. As contingências, coerentes com práticas conservadoras adotadas, são avaliadas por assessores jurídicos, e levam em consideração a probabilidade de que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar obrigações, cujo montante possa ser estimado com suficiente segurança. O total das contingências é quantificado utilizando modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente ao prazo e ao valor. **3.13 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido:** As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos: corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido. O encargo de imposto de renda e contribuição social corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, e quando a Companhia gera lucro tributável. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos no ativo e no passivo, sobre prejuízos fiscais acumulados e sobre as diferenças temporárias entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. O imposto de renda e contribuição social diferidos são determinados, usando alíquotas de imposto (e leis fiscais) promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço, e que devem ser aplicadas quando o respectivo imposto diferido ativo for realizado ou quando o imposto diferido passivo for liquidado. O imposto de renda e contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas. Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são compensados quando há um direito executável legalmente de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos se relacionam com os impostos de renda incidentes pela mesma autoridade tributária sobre a entidade tributável ou diferentes entidades tributáveis onde há intenção de liquidar os saldos numa base líquida. **3.14 Capital Social:** O capital social é composto por ações 100% integralizadas conforme Nota 15 e classificadas no patrimônio líquido, sendo divididas em ordinárias e preferenciais. **3.15 Resultado por ação - básico e diluído:** O resultado básico por ação é calculado dividindo o lucro ou prejuízo líquido do exercício atribuível aos acionistas da Companhia, considerando o número médio ponderado de ações no respectivo exercício. Não há instrumentos com o potencial de diluir o lucro básico por ação, nos exercícios apresentados. **3.16 Distribuição de dividendos:** A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral. **3.17 Informação por segmento:** Os resultados de segmentos que são reportados ao Conselho de Administração incluem itens diretamente atribuíveis ao segmento, bem como aqueles que podem ser alocados em bases razoáveis. Os itens não alocados compreendem principalmente, despesas operacionais o resultado financeiro e o imposto de renda e contribuição social. **3.18 Demonstrações do valor adicionado:** A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras. **3.19 Reconhecimento de receita:** A receita operacional é reconhecida quando todos os critérios a seguir são atendidos: (i) há um contrato entre a Companhia e seu cliente com diretos das partes e termos de pagamento identificados, possui substância comercial e é provável que a contraprestação será recebida pela Companhia; (ii) as obrigações de de-

sempenho de entregar os serviços estão identificadas; (iii) o preço da transação está determinado; (iv) o preço da transação a cada obrigação de desempenho identificada foi alocado corretamente; e (v) a obrigação de desempenho é satisfetida em um ponto específico do tempo (venda de bens) ou ao longo do tempo (prestação de serviços). A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros. **3.20 Novas normas contábeis: (i) Pronunciamentos novos ou revisados pela primeira vez em 2024:** Os seguintes pronunciamentos tiveram sua adoção inicial em 2024, são eles: • Acordos de financiamento de fornecedores (Risco Sacado) - alterações ao CPC 03/IAS 7 e CPC 40/IFRS 7; • Classificação do passivo em circulante ou não circulante - alterações ao CPC 26 (IAS 1) e CPC 23 (IAS 8); • Passivo não circulante com covenants - alterações ao CPC 26 (IAS 1); • Passivos de arrendamento em uma venda e leaseback - alterações ao CPC 06 (IFRS 16); • Venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua associada ou joint venture - Alterações ao CPC 36 e CPC 18 (IFRS 10 e IAS 28). Não houve impacto relevante nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2024 devido a adoção das novas normas. **(ii) Novas normas emitidas e ainda não vigentes:** As normas novas e alteradas emitidas até a data de emissão das demonstrações financeiras estão descritas a seguir: • Ausência de reversibilidade (alterações ao CPC 02/IAS 21); • Classificação e mensuração de instrumentos financeiros (alterações IFRS 9 e IFRS 7); • Apresentação das demonstrações contábeis (alterações CPC 26/IAS 1). A Administração está no processo de avaliação se ocorrerão impactos significativos vinculados a adoção das respectivas normas. Não são esperados impactos significativos nas demonstrações financeiras da Companhia. Não há outras normas ou interpretações que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo nestas demonstrações contábeis. **4. Caixa e equivalentes de caixa:**

	31.12.2024	31.12.2023
Recursos em caixa e depósitos bancários	425	260
Aplicações financeiras equivalentes de caixa	2.188	630
	2.613	890

As aplicações financeiras têm liquidez diária, com remuneração média correspondendo a 100% da variação do Certificado de Depósitos Interbancários - CDI e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. **5. Contas a receber de clientes:** As contas a receber têm um prazo médio de 20 (vinte) dias corridos, entre a data do faturamento e efetivo recebimento. A Companhia está empregando esforços para reduzir tal prazo para a meta de 15 (quinze) dias corridos, no intuito de ajustar melhor seu fluxo financeiro.

	31.12.2024	31.12.2023
Privados	2.030	2.878
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-
	2.030	2.878
Circulante	2.030	1.035
Não circulante	-	1.843
	2.030	2.878

Como critério para constituição da PECLD, a Companhia efetuou uma análise de seus títulos vencidos de acordo com as perdas esperadas e não identificou a necessidade de provisão em 31 de dezembro de 2024 e 2023. Em 19 de dezembro de 2023 o Departamento de Precatórios de Sergipe, publicou o Edital nº 01, dirigido a todos os credores e beneficiários do ente devedor Estado de Sergipe (Administração Direta e Indireta), para a habilitação e seleção de credores interessados em participar do acordo direto em precatórios devidos pelo Estado de Sergipe, Administração Direta e Indireta. A Administração avaliou o edital e habilitou-se no período estipulado no pelo mesmo, aceitando receber o crédito inscrito em precatório com deságio de 40% (quarenta por cento) sobre a integralidade do saldo devedor do precatório. Considerando esse percentual de perda, a provisão para perda com o recebimento do precatório foi atualizada refletindo a expectativa de deságio do título. Em 04 de setembro de 2023 o Tribunal de Justiça do estado de Sergipe, publicou a atualização do valor do precatório, com base nesta atualização a Companhia atualizou o valor do precatório. Em 12 de novembro de 2024, a Companhia recebeu o saldo do ativo não circulante referente-se ao recebível junto ao Estado de Sergipe no valor de R\$ 2.088. A idade dos títulos a receber está demonstrada a seguir:

	31.12.2024	31.12.2023
Vencimento do contas a receber bruto	2.030	2.835
A Vencer	-	-

Vencido com atraso de:	31.12.2024	31.12.2023
01 a 30 dias	-	43
31 a 60 dias	-	-
61 a 90 dias	-	-
91 a 30 dias	-	-
Mais de 180 dias	-	-
	2.030	2.878

	31.12.2024	31.12.2023
	Saldo	Saldo
	Vida Útil	Custo de Depre- Contábil
	aquisição	cição
	Líquido	aquisição
	Líquido	cição
	Líquido	Líquido
Equipamentos de informática	5a. e 10a. <u>69</u> <u>(66)</u>	<u>3</u> <u>69</u> <u>(65)</u>
	69 (66)	3 69 (65)

	31.12.2024	31.12.2023
b) Movimentação do Imobilizado:	Custo	Adições
Equipamentos de informática	69	-
	69	-
	(66)	(1)
	3	(1)
	3	(1)

Total Imobilizado
Atualmente, ou quando houver indicação de uma perda por redução ao valor recuperável, a Companhia realiza o teste de recuperabilidade dos saldos contábeis dos ativos imobilizados, para determinar se estes ativos sofreram perdas por *impairment*. Estes testes são realizados, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos. Em 31.03.2023 a Companhia vendeu uma antena do seu ativo imobilizado totalmente depreciada, no valor de R\$ 160. Em 31 de dezembro de 2024, não foram identificados indícios externos e/ou internos de não realização futura do ativo imobilizado da Companhia. **7. Intangível: (a) Composição:**

	31.12.2024	31.12.2023
	Taxa anual de amorti-zação	Saldo
	Custo de aquisição	Amorti-zação
	Líquido	Custo de aquisição
	Líquido	Amorti-zação
	Líquido	Líquido
Software (i)	10a. 1.932 (1.847)	85 1.932 (1.468)
Acervo (ii)	5a. e 10a. 12.478 (11.852)	626 12.478 (11.639)
Gastos com desenvolvimento de projetos (iii)	10a. 4.298 (4.134)	164 4.298 (3.871)
	18.708 (17.833)	875 18.708 (16.978)

(i) Plataforma para proporcionar o ensino a distância. (ii) O acervo ou acervo técnico é fruto de toda a produção de conteúdo feita pelo time DTCOM e é utilizado de uma forma sustentável para o desenvolvimento de novos conteúdos ou comercialização. (iii) Se trata do sistema de gestão de aprendizagem utilizada para ministrar treinamentos. **Produção:** Na etapa de produção sempre que o contrato permite e é possível convergir a ementa da disciplina com o conteúdo que já está produzido, o acervo é reaproveitado reduzindo-se os custos de desenvolvimento/produção. **Comercialização:** A comercialização é segregada em corporativo e acadêmico. O acervo é disponibilizado em plataforma digital e os cursos são acessados pelos usuários. **(b) Movimentação do Intangível:**

	31.12.2023	31.12.2024
	Custo	Adições
Software	1.932	-
Acervo Técnico	12.478	-
Gastos com desenvolvimento de projetos	4.298	-
	18.708	-
	(16.978)	(855)
	1.730	(855)

Amortização Total Intangível
A Companhia analisou e revisou os itens componentes do seu ativo intangível, visando averiguar a existência de ativos registrados contabilmente que tivessem indícios de não recuperabilidade. Em 31 de dezembro de 2024, não foram identificados indícios externos e/ou internos de não realização futura do ativo intangível da Companhia. **8. Impostos a recuperar (Ativo) e impostos e contribuições a recolher (Passivo):** A Companhia reconhece os valores de imposto de renda e contribuição a compensar fruto das retenções na fonte ocorridas durante os exercícios passados. Tais créditos são utilizados para compensar os custos com impostos federais a incorrer no exercício seguinte, tendo impacto direto no fluxo financeiro da Companhia. Os impostos a recolher são compostos por contribuições municipais, federais e estaduais. A Companhia também apresenta em seu balanço parcelamentos tributários de ISS e INSS.

	31.12.2024	31.12.2023
Ativo - a recuperar:	Imposto de renda e contribuição social a restituir	232
	Outros	116
	232	324

	31.12.2024	31.12.2023
Passivo - a recolher:	Tributos federais	241
	Tributos municipais	124
	Parcelamento de tributos federais	5.140
	Parcelamento de tributos estaduais	-
	Parcelamento de tributos municipais	-
	5.505	6.183
	1.907	1.702
	3.598 </	

DTCOM DIRECT TO COMPANY S/A - Companhia Aberta - CNPJ: 03.303.999/0001-36 - NIRE: 4130001789-1

Notas Explicativas das Demonstrações Financeiras relativas ao Exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

concedido à Companhia a redução de multas e juros em seus parcelamentos federais (Pis/Cofins/CSLL e IRF) e Parcelamento INSS, bem como acordado novo prazo de pagamento, a ser pago em 60 parcelas mensais. A Companhia realizou o primeiro pagamento no dia 24 de março de 2023. Em maio de 2024, foi concedido à Companhia a redução de multas e juros em seus parcelamentos federais (Pis/Cofins/CSLL e IRF) e Parcelamento INSS, bem como acordado novo prazo de pagamento, a ser pago em 60 parcelas mensais. A Companhia realizou o primeiro pagamento no dia 31 de maio de 2024. Em 2024, a Companhia aderiu a novo parcelamentos de tributos federais na modalidade simplificada contemplam débitos de INSS, IRF, PCC, PIS e COFINS, cuja dívida global foi parcelada em 60 meses e os valores originais foram acrescidos multas e juros por atraso, conforme determina a legislação em vigor. **9. Empréstimos e financiamentos:**

		31.12.2024	31.12.2023
	Taxa de Juros	Vencimentos	Circulante
Instituição Acionistas			
Diversos	-	30/06/2025	3.900
			3.900

Em dezembro de 2024, os acionistas assinaram um acordo com a Companhia com o objetivo de amortizar prejuízos acumulados no decorrer do 1º sem. de 2025.

		31.12.2024	31.12.2023
	Taxa de Juros	Vencimentos	Circulante
Instituição Empréstimos			
BRDE - DTCOM	TJLP +		
	0,4% a.m	15/04/2027	231
			462
Mútuos com Partes Relacionadas			
QB3 Administração e Partic. Ltda	1,0% a.m	31/12/2024	-
			1.125
Mútuos com Acionistas			
Diversos	1,0% a.m	31/12/2025	-
			-
			231
			462
			1.351
			716

Em outubro de 2023, a Companhia obteve empréstimo de R\$ 1.125 dos seus acionistas majoritários recebido em três parcelas de R\$ 375 nos meses de outubro, novembro de dezembro de 2023. O pagamento deste empréstimo está vinculado ao recebimento do precatório detalhado na nota explicativa nr. 5. Em dezembro de 2024, os acionistas assinaram um acordo com a Companhia que autoriza os Mútuos com Partes Relacionadas serem convertidos para Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC) e deve ser convertido em ações e aumentar o Capital Social da Companhia. **(a) Cronograma de Pagamentos:** Em 31 de dezembro de 2024, a amortização principal dos empréstimos com instituições financeiras apresentava os seguintes vencimentos:

Vencimentos	Empréstimos	Valores
2024		-
2025		231
2026		231
2027		693

Os financiamentos foram contratados às taxas praticadas para o respectivo setor, tendo como garantias hipoteca de imóvel pertencente a alguns dos sócios controladores, bem como aval dos membros do conselho de administração. Os empréstimos não possuem cláusulas de **covenants**. **10. Fornecedores:** As contas a pagar aos fornecedores nacionais são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios e cujo vencimento é de até 12 meses. Em 31 de dezembro de 2024, o saldo corresponde a R\$ 104 (R\$ 119 em 31 de dezembro de 2023).

	31.12.2024	31.12.2023
Fornecedores de serviços - pessoas jurídicas e autônomos	102	86
Outras contas a pagar	2	33
	104	119

11. Obrigações sociais e trabalhistas: A rubrica de Obrigações Sociais e Trabalhistas a Pagar, tem como função registrar as obrigações referentes a salários, remunerações, benefícios, encargos sociais, férias e 13º salário a pagar. Em 31 de dezembro de 2024, o saldo corresponde a R\$ 339 (R\$ 440 em 31 de dezembro de 2023).

	31.12.2024	31.12.2023
Salários a Pagar	58	80
INSS a pagar	36	101
Férias e 13º salário	215	221
Outros	30	38
	339	440

12. Adiantamento de clientes: Uma parcela significativa das receitas registradas pela Companhia é proveniente de contratos com clientes, os quais preveem a entrega de determinados serviços ao longo de um período. Desta forma, a Companhia mensura suas receitas a partir da efetiva entrega dos serviços contratados pelos clientes. A parcela dos serviços faturados e ainda não entregues, é registrada como Adiantamento de Clientes. Estes valores são reconhecidos no resultado do exercício apenas quando há a efetiva entrega do serviço contratado. Em 31 de dezembro de 2024, o saldo corresponde a R\$ 1.366 (R\$ 563 em 31 de dezembro de 2023). **13. Provisões:** A rubrica de outras contas a pagar contempla, essencialmente, os registros das provisões de contas a pagar relativo a custos incorridos no curso do negócio e despesas realizadas. Contempla também as provisões de honorários de advogados relativos a demandas judiciais em andamento.

	31.12.2024	31.12.2023
Provisão de contas a pagar	504	318
Provisão de honorários advocatícios	-	242
	504	560

14. Imposto de renda e contribuição social
A Companhia apresenta prejuízos fiscais acumulados e base negativa de contribuição social, tendo apenas sua compensação limitada a 30% da base de cálculo do imposto de renda e contribuição social devidos em cada exercício.

Como a realização do crédito potencial remanescente depende de eventos futuros, não foram registrados os créditos tributários diferidos sobre os prejuízos fiscais em função da inexistência de histórico de rentabilidade, e na incerteza da disponibilidade de lucros tributáveis futuros. Este crédito tributário potencial não reconhecido, em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023 é assim resumido:

	31.12.2024	31.12.2023
Base negativa de CS	-	65.289
Prejuízo fiscal de IR	65.421	-
Base de cálculo	65.421	65.289
Alíquota	25%	9%
Crédito tributário potencial	16.355	5.876
Crédito tributário potencial não registrado	16.355	5.876
	22.231	16.169
	5.820	21.989

15. Patrimônio líquido: (a) Capital social: O capital social, subscrito e integralizado é de R\$ 68.223, divididos em 10.680.476 (dez milhões, seiscentos e oitenta mil e quatrocentos e setenta e seis) ações ordinárias 450.655 (quatrocentos e cinquenta mil e seiscentos e cinquenta e cinco) ações preferenciais, todas sem valor nominal. Todas as ações da Companhia são escriturais, permanecendo em contas de depósito, em nome de seus titulares, sem emissão de certificados nos termos dos Artigos 34 e 35 da Lei 6404/76. As ações preferenciais possuem preferência na prioridade no reembolso do capital, sem prêmio no caso de Liquidação da Companhia, e, no direito a percepção de dividendos no mínimo 10% (dez por cento) maiores do que os atribuídos às ações ordinárias. **(b) Reservas de lucros:** O saldo de reserva de lucros foi constituído e é mantido para dar reforço ao capital. Sua destinação só ocorrerá por meio de incorporação ao capital social, absorção de prejuízos, resgate ou reembolso de ações. **(c) Prejuízos acumulados / Lucro líquido (Prejuízo) por ação:** O lucro (prejuízo) por ação atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais dos controladores e não controladores foi calculado através da divisão do prejuízo do exercício, pela quantidade de ações ordinárias e preferenciais disponíveis durante o período. O quadro a seguir estabelece o cálculo do lucro (prejuízo) por ação para os períodos findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023:

	31.12.2024	31.12.2023
Lucro (prejuízo) do período	(1.139)	(3.957)
Quantidade de ações ao final do período (em milhares)	11.131	11.131
Lucro (prejuízo) por ação no final do período	(0,1023)	(0,3555)

	31.12.2024	31.12.2023
Lucro (prejuízo) atribuível a detentores de ações ordinárias		
Lucro (prejuízo) básico e diluído por ação	(1,093)	(3,797)
Média ponderada da quantidade de ações ordinárias (em milhares)	10.680	10.680
Lucro (prejuízo) básico e diluído por lote de mil ações em R\$	(102,33)	(355,51)
Lucro (prejuízo) atribuível a detentores de ações preferenciais		
Lucro (prejuízo) básico e diluído por ação	(46)	(160)
Média ponderada da quantidade de ações preferenciais (em milhares)	450	450
Lucro (prejuízo) básico e diluído por lote de mil ações em R\$	(102,47)	(356,01)

Conselho de Administração	
Leonardo Petrelli Netto Presidente do Conselho de Administração	Membros do Conselho João Elisio Ferraz de Campos Mônica Molina
Aryovaldo Mazzi Neto Diretor Presidente	Ricardo D' Epiro Coelho Diretor Comercial

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras
Pelo presente instrumento, o Diretor Presidente e os demais Diretores Estatutários da Dicom Direct to Company S/A., sociedade por ações de capital aberto, com sede na Avenida Dom Pedro II, nº 1720, Quatro Barras - PR, inscrita no CNPJ sob nº 03.303.999/0001-36, nos termos do inciso artigo 27, §1º, inciso V, da Resolução CVM nº 80 de 29 de março de 2022, conforme alterada: Reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras individuais referente ao exercício 2024. Quatro Barras, 14 de março de 2025

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras
Aos Conselheiros, diretores e acionistas da DTCOM - Direct To Company S.A. - Quatro Barras - PR. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da DTCOM - Direct to Company S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos rele-

16. Receita operacional líquida: A composição das receitas operacionais, por natureza, é a seguinte:

	31.12.2024	31.12.2023
Receitas		
Prestação de serviços	5.977	6.444
Total das Receitas Operacionais	5.977	6.444
Dedução das Receitas Operacionais		
Impostos sobre vendas	(65)	(110)
Total das deduções	(65)	(110)
Total das Receitas Operacionais, líquidas	5.913	6.334

17. Custos dos serviços prestados: A composição dos custos, por natureza, é a seguinte:

	31.12.2024	31.12.2023
Custos dos serviços prestados		
Produção de conteúdo/gravação	(1.642)	(2.919)
Depreciações e amortizações	(856)	(2.015)
Pessoal	(1.075)	(1.420)
Serviços de terceiros	(598)	(526)
Honorários da Administração	(222)	(250)
Energia Elétrica	(22)	(21)
Total dos custos dos serviços prestados	(4.415)	(7.151)

18. Despesas comerciais, administrativas e gerais:

	31.12.2024	31.12.2023
Despesas administrativas e gerais e honorários da administração		
Pessoal	(928)	(833)
Serviços de terceiros	(667)	(1.050)
Honorários da Administração	(136)	(282)
Impostos e taxas administrativas	(123)	(111)
Total das despesas administrativas e gerais e honorários da administração	(1.854)	(2.276)
Despesas com vendas		
Pessoal	(526)	(670)
Honorários da Administração	(140)	(180)
Serviços de terceiros	(26)	(96)
Serviços de assessoria e consultoria	-	(1)
Total das despesas comerciais	(692)	(947)

19. Resultado financeiro líquido:

	31.12.2024	31.12.2023
Despesas financeiras		
Juros pagos ou incorridos	(315)	(504)
Juros sobre empréstimos	(60)	(104)
Multas	(153)	(117)
Outros	(20)	(46)
	(548)	(771)

20. Provisão para contingências: Em 31 de dezembro de 2024 e de 31 de dezembro 2023, com base na avaliação dos consultores jurídicos e da administração, não havia processos judiciais em curso contra a Companhia cuja probabilidade de perda foi avaliada como provável, o que exigiria o reconhecimento da provisão em balanço, bem como não há processos avaliados como de probabilidade de perda possível para fins de divulgação. **21. Remuneração da administração e dos empregados:** A remuneração da Administração é fixada pelos acionistas em Assembleia Geral Ordinária - AGO, de acordo com a legislação societária brasileira e o estatuto social da Companhia. Desta forma, foi proposto na AGO realizada em 30 de abril de 2024 o montante global da remuneração anual da Administração, fixada em até R\$ 1.200 para o exercício de 2024 (R\$ 1.200 em 2023). A remuneração dos diretores estatutários em 31 de dezembro de 2024 foi R\$ 498 (R\$ 712 em 31 de dezembro de 2023). A remuneração dos diretores estatutários é composta por uma remuneração fixa, que reflete a responsabilidade do cargo ocupado e uma remuneração variável, atrelada às metas estabelecidas pelo Conselho de Administração. Políticas de remunerações dos empregados e administradores da Companhia: **(a) Política salarial e remuneração variável:** A política salarial da DTCOM utiliza como parâmetro o valor referência de mercado, como também o desempenho econômico-financeiro. A evolução dos salários será prevista no orçamento, da mesma forma que todas as despesas, receitas e investimentos planejados pela Companhia. Como todos os itens do orçamento, a evolução dos salários será acompanhada regularmente pelos sistemas de informações gerenciais além do reajuste anual previsto em Convenção Coletiva do Sindicato da categoria. A remuneração variável é utilizada somente para a área comercial, sendo pago salário fixo mais comissões.

(b) Política de Benefícios: O fornecimento de benefícios é apontado como um dos fatores que atrai e retém talentos nas organizações. Compõe-se de ações voltadas para satisfazer as necessidades dos colaboradores e envolvem aspectos sociais, culturais, de autoestima e auto realização. Atualmente a Companhia concede sem descontos em folha para todos os seus colaboradores independentemente de cargo ou tempo de serviço os benefícios: Assistência médica, Assistência Odontológica, Seguro de Vida, Auxílio Creche. Quanto ao Vale Refeição é descontado apenas um valor simbólico e Vale Transporte ou Combustível 6% conforme previsão legal. **22. Segmentos operacionais:** A Companhia seguiu a sua estrutura operacional seguindo a forma com que a Administração gerencia o negócio. A receita da Companhia está segmentada de acordo com os segmentos operacionais definidos. A Administração definiu como segmentos operacionais: Fábrica Acadêmico, Fábrica Corporativo, acervo/sistemas.

	31.12.2023			
	Operações continuadas			
	Fábrica Acadêmico	Fábrica Corporativo	Acervo/Sistemas	Total
Receita Bruta	4.748	294	1.402	6.444
(-) Impostos	(4)	(52)	(54)	(110)
(-) Custos Variáveis	(2.085)	(132)	-	(2.217)
(=) Margem de Contribuição	2.659	110	1.348	4.117
%	56%	37%	96%	64%

(-) Custos fixos e despesas: Marketing (947) Produção (2.919) Administrativo (2.276) Depreciação (2.015) Outras receitas (despesas) 663 **(=) Resultado Operacional (3.377)**

	31.12.2024			
	Operações continuadas			
	Fábrica Acadêmico	Fábrica Corporativo	Acervo/Sistemas	Total
Receita Bruta	4.332	531	1.113	5.976
(-) Impostos	-	(6)	(57)	(63)
(-) Custos Variáveis	(1.841)	(76)	-	(1.917)
(=) Margem de Contribuição	2.491	449	1.056	3.996
%	58%	84%	95%	67%

(-) Custos fixos e despesas: Marketing (692) Produção (1.642) Administrativo (1.854) Depreciação (856) Outras receitas (despesas) 416 **(=) Resultado Operacional (632)**

23. Instrumentos financeiros: Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. **(a) Composição dos saldos:** Os valores constantes as contas patrimoniais, com instrumentos financeiros, encontram-se atualizados na forma contratada em 31 de dezembro de 2024 e correspondem, aproximadamente, ao seu valor

justo. Esses valores estão representados substancialmente por caixa e equivalente de caixa, contas a receber de clientes, fornecedores, empréstimos e financiamentos e arrendamento mercantil.

	31.12.2024		31.12.2023	
	Valor Justo	Custo Amortizado	Valor Justo	Custo Amortizado
Instrumentos financeiros não derivativos				
Ativo (1)				
Caixa e equivalente de caixa (Nota 4)		2.613		890
Contas a receber de clientes (Nota 5)		2.030		2.878
Passivo (2)				
Fornecedores (Nota 10)		(104)		(119)
Empréstimos e financiamentos (Nota 9)		(693)		(2.067)

(1) A composição dos valores para análise dos vencimentos do Ativo Financeiro Contas a receber ao final do exercício está demonstrada na nota 5. **(2)** A composição dos valores para análise dos vencimentos do Passivo Financeiro Empréstimos e financiamentos ao final do exercício está demonstrada na nota 9. **(b) Critérios, premissas e limitações utilizados no cálculo dos valores justos:** Caixa e equivalentes de caixa: Os saldos em conta corrente mantidos em bancos e as aplicações financeiras têm seus valores justos idênticos aos saldos contábeis. São mensurados no momento inicial pelo seu valor justo e mensurados subsequentemente ao custo amortizado. **Contas a receber:** Os montantes divulgados no balanço patrimonial para contas a receber, aproximam-se de seus valores justos, considerando as provisões constituídas e a ausência de atualizações monetárias sobre a parcela vencida das contas a receber. São mensurados no momento inicial pelo seu valor justo e mensurados subsequentemente ao custo amortizado. **Fornecedores:** As transações com fornecedores são registradas inicialmente pelos seus valores nominais acrescidas, quando aplicável, de encargos e taxas de juros contratuais, cuja apropriação das despesas e receitas é reconhecida ao resultado do exercício. São designados passivos financeiros subsequentemente mensurados ao custo amortizado, estando o valor contábil próximo do valor de mercado em decorrência do vencimento a curto prazo e/ou do ajuste ao valor justo. **Empréstimos e financiamentos:** Os valores justos para os empréstimos e financiamentos idênticos aos saldos contábeis, uma vez que não existem instrumentos similares, com vencimentos e taxas de juros comparáveis. São mensurados no momento inicial pelo seu valor justo e mensurados subsequentemente ao custo amortizado. **Derivativos:** A Companhia não realizou operações com derivativos. **Limitações:** Os valores justos foram estimados na data do balanço, baseados em "informações relevantes de mercado". As mudanças nas premissas podem afetar significativamente as estimativas apresentadas. **Hierarquia do valor justo:** Considerando a inexistência de instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo, não é aplicável a divulgação do nível de hierarquia. **(c) Gerenciamento de risco:** A Companhia está sujeita a riscos de mercado no curso normal de suas atividades. Tais riscos estão relacionados principalmente às alterações adversas em taxas de juros, às atividades e à regulamentação do setor em que atuam, bem como às licenças necessárias para o desenvolvimento das atividades. A Companhia não opera instrumentos em moeda estrangeira, portanto, não considera esse risco como relevante para suas operações. **i. Risco de Crédito:** Risco de Créditos é o risco do prejuízo financeiro da Companhia caso um cliente falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis da Companhia ou outro ativo financeiro deixe de estar disponível, como os recursos aplicados em instituições financeiras. O aumento dos níveis de inadimplência no pagamento por parte dos clientes da Companhia pode comprometer o seu fluxo de caixa e sua capacidade de cumprir com as suas obrigações. As políticas de crédito fixadas pela Administração visam minimizar eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus clientes. Este objetivo é alcançado pela Administração por meio da seleção criteriosa da carteira de clientes que considera a capacidade de pagamento (análise de crédito) e da diversificação (pulverização do risco). A Companhia opera com instituições financeiras sólidas e que gozam de boa reputação no mercado. **ii. Risco de Liquidez:** A gestão de liquidez é feita pela Diretoria, considerando a necessidade de caixa e de liquidez no curto, médio e longo prazo. Considerando o perfil de endividamento da Companhia, o seu fluxo de caixa e a sua posição de liquidez, a administração da Companhia analisou e concluiu que tem instrumentos de ação para assegurar a liquidez e obter recursos de capital suficientes para cobrir os investimentos, despesas, dívidas e outros valores a serem pagos nos próximos anos. Caso seja necessário contrair empréstimos para financiar seus investimentos e aquisições, a Companhia tem capacidade para contratá-los ou recorrer a recursos dos acionistas, os quais, tem compromisso de manter a continuidade dos negócios.

	31.12.2024			31.12.2023		
	Até 1 ano	Acima de 1 ano	Total	Até 1 ano	Acima de 1 ano	Total
Instrumentos financeiros não derivativos						
Ativo						
Caixa e equivalentes de caixa	2.613	-	2.613	890	-	890
Contas a receber de clientes	2.030	-	2.030	1.843	-	2.878
	4.643	-	4.643	1.925	-	3.768
Passivo						
Empréstimos e financiamentos	231	462	693	1.408	659	2.067
Fornecedores	104	-	104	119	-	119
	335	462	797	1.527	659	2.186

iii. Risco de Taxas de Juros: O Banco Central do Brasil estabelece a meta da taxa básica de juros para o sistema financeiro brasileiro tomando por referência, dentre outros, o nível de crescimento econômico da economia brasileira, o nível de inflação e outros indicadores econômicos. O endividamento e as aplicações financeiras da Companhia estão sujeitos a flutuação das taxas de juros. No caso de as taxas de juros subirem, os custos relativos ao endividamento da Companhia também crescerão. Para reduzir a exposição, monitoramos constantemente as condições e oscilações econômicas gerais das taxas de juros e o vencimento de títulos de mercado em condições normais e adversas. **iv. Análise de sensibilidade:** A Companhia possui ativos e passivos atrelado a taxa de juros em 31 de dezembro de 2024 e desenvolveu análise de sensibilidade com objetivo de mensurar o impacto da variação nas aplicações financeiras e empréstimos e financiamentos, expostos a tais riscos. Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nas aplicações financeiras as quais a Companhia estava expostas na data-base de 31 de dezembro de 2024, foram definidos 5 cenários diferentes. As taxas estão demonstradas conforme o percentual do cenário considerado pela administração.

|--|

...continuação

DTCOM DIRECT TO COMPANY S/A - Companhia Aberta - CNPJ: 03.303.999/0001-36 - NIRE: 4130001789-1

foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Determinamos que os assuntos descritos abaixo são os principais assuntos de auditoria a ser comunicado em nosso relatório. **Principal assunto de auditoria: Reconhecimento de receita:** A principal fonte de receita da Companhia advém de contratos de prestação de serviços que preveem a produção de conteúdo EAD (Ensino a Distância) sob demanda, para os segmentos acadêmico e corporativo, com entregas realizadas ao longo do tempo conforme solicitação dos seus clientes. As receitas são decorrentes de contratos de valor significativo, cujos controles internos estabelecidos requerem o acompanhamento adequado da entrega dos serviços. É necessário que os controles estejam em pleno funcionamento durante todo o período para assegurar o adequado registro das receitas na competência correta. Em função da magnitude dos montantes envolvidos, associada aos aspectos acima mencionados, esse tema foi considerado como um dos principais assuntos de auditoria. **Como a auditoria endereçou esse assunto:** Nossos procedimentos incluíram, entre outros: (i) entendimento dos controles internos relevantes implementados pela Companhia para reconhecimento da receita; (ii) inspeção de documentos que evidenciam a existência das transações, incluindo a análise de contratos e documentos fiscais; (iii) testes de liquidação subsequente para os valores faturados; (iv) confirmação se os valores correspondentes a essas receitas foram registrados no período adequado; e (v) verificação da conciliação das bases de contas a receber com os registros contábeis. Adicionalmente, avaliamos a adequação das divulgações incluídas na nota explicativas nº 5 e 16. Baseados no resultado dos nossos procedimentos de auditoria efetuados, consideramos razoáveis os critérios e premissas de reconhecimento de receitas adotados pela administração, assim como as respectivas divulgações. **Softwares, gastos com desenvolvimento de projetos e acervo técnico:** A Companhia possui registrado no ativo intangível, bens referentes ao acervo técnico, aplicativos e plataformas para desenvolver suas atividades no montante de R\$ 875 mil, decorrentes da capitalização de gastos reconhecidos em exercícios anteriores e que são amortizados considerando a expectativa de recuperabilidade ao longo do tempo. Devido às incertezas inerentes ao processo de determinação das estimativas de recuperabilidade, as quais incluem as premissas com projeções de resultado, taxa de desconto, entre outras, e, que requerem um grau de julgamento significativo por parte da Companhia, consideramos este assunto como significativo para nossa auditoria. **Como a auditoria endereçou esse assunto:** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) Entendimento do processo de preparação e revisão do orçamento e análises ao valor recuperável referente ao acervo técnico; (ii) Discussão com a administração sobre o processo de capitalização de gastos com desenvolvimento ocorrida em exercícios anteriores, incluindo o atendimento as políticas contábeis, aprovações e os controles internos quando existentes implementados; e (iii) Avaliação da razoabilidade das estimativas dos valores em uso preparada pela Administração da Companhia na determinação das Unidades Geradoras de Caixa (UGC) e da metodologia utilizada para o teste de redução ao valor recuperável, bem como a avaliação da adequação das divulgações efetuadas. Como resultado dos procedimentos de auditoria executados, concluímos sobre a razoabilidade dos saldos contábeis do acervo técnico e divulgações incluídas na nota explicativa "7". **Ênfase: Continuidade Normas dos Negócios da Companhia:** Como mencionado na Nota Explicativa "1" as demonstrações financeiras, a Companhia foi um ano desafiador para a DTCOM marcado pela redução do volume de suas operações e perda de contratos com clientes, resultando tanto na redução de sua receita operacional quanto na sua capacidade de gerar caixa para honrar seus compromissos. Esses fatores, fizeram com que a Companhia incorresse em prejuízo de R\$ 1.139 mil (R\$ 3.957 mil, em dezembro de 2023). A Administração considera o pressuposto de continuidade operacional da Companhia e vem empreendendo diversas ações para reverter esse cenário, no entanto, algumas

das ações não dependem exclusivamente da vontade da Administração, como por exemplo, a manutenção das linhas de crédito. Por este motivo, é difícil estimar o sucesso no desfecho das mesmas. Essas condições indicam a existência de incertezas relevantes que podem levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto. **Outros Assuntos: Demonstrações do Valor Adicionado:** A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referente ao exercício de 31 de dezembro de 2024, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos, se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros financeiros, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na norma NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Auditoria do Exercício Anterior:** As Informações Contábeis ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foram examinadas por outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria, datado de 28 de março de 2024, sem modificações e com parágrafo de ênfase sobre a continuidade dos negócios da Companhia. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante, se com base no trabalho realizado, concluímos que há distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito. **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nosso objetivo é obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas Brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraudes ou erro e são consideradas relevantes quando, in-

dividualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião com ressalva. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras. Inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às demonstrações financeiras da Companhia e atividades de negócio da Companhia para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras. Somos responsáveis pela direção, pela supervisão e pelo desempenho da auditoria da Companhia e, conseqüente mente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o Interesse público.

Curitiba, 19 de março de 2025

Muller & Prei Auditores Independentes S/S - CRC-PR nº 6.472/O-1
George Angnes - Contador - CRC-PR nº 42.667/O-1

Publicidade Legal é coisa séria!

Atas

Editais

Balanços

Súmulas

Concorrências

Tomada de Preços

Avisos

Comunicados

Anúncios

Consulte
nossa equipe

41 3333-9800

publegal@induscom.com.br

pl@induscom.com.br

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 17/04/2025

Aponte a câmera do seu celular para o QR Code para acessar a página de Publicações Legais no portal do Jornal Indústria & Comércio ou acesse através do link: https://www.diarioinduscom.com.br/Publicacoes_Legais



Hash validação: f5024f1f203e414ad13a847d4a8671e0a36b86fe8b971ff57cfab00e055c06d6, em acordo com MP 2.200-2/01

Documento final gerado em 17/04/2025 00:03:47

Esse documento pode ser validado através do QR CODE abaixo, ou via URL: <https://incodigital.ipsign.com.br/validador>

Identificador de validação: f5024f1f203e414ad13a847d4a8671e0a36b86fe8b971ff57cfab00e055c06d6



Assinatura

Assinado em: 17/04/2025 00:03:55

Tipo de assinatura: Desenho na tela

Assinante: Fabiano Fernando Furtado - INCO EDITORA DIARIO INDUSTRIA E COMERCIO LTDA

CPF: 01993841938

E-mail: financeiro2@induscom.com.br

Identificador: 3e8851cbc81f2923ade2f93d21c47bc5



IP	Local	Cidade	CEP	UF	Software
187.53.118.239, 172.31.8.249	-25.4278167,-49.2385438	Curitiba	82530-230	PR	Google Chrome/Microsoft Edge 135.0.0.0 / Windows



Emitido por: Fabiano Fernando Furtado - INCO EDITORA DIARIO INDUSTRIA E COMERCIO LTDA

E-mail: financeiro2@induscom.com.br

As partes reconhecem e declaram que o presente instrumento pode ser assinado entre as mesmas e respectivas testemunhas (quando presentes), por meio físico ou eletrônico, sendo certo que neste último caso as assinaturas serão consideradas juridicamente válidas, autênticas e vinculativas, nos termos da legislação aplicável.

Esse documento assinado de forma eletrônica está em conformidade com o Código Civil, Código de Processo Civil, Legislação vigente que regula as assinaturas eletrônicas e Medida Provisória nº 2.200-2/2001.

Documento assinado com certificado digital em conformidade com a legislação aplicável vigente. A validade do mesmo poderá ser confirmada através do verificador de conformidade do ITI - Instituto Nacional de Tecnologia da Informação, através do link: validar.iti.gov.br

A assinatura desse documento com certificado digital, gerará crítica em caso de tentativa de modificação do seu conteúdo, podendo ser constatada nas propriedades dos certificados digitais do mesmo, quando o arquivo for aberto através de visualizadores de PDF de terceiros.

Esse documento é acompanhado do seu PROTOCOLO DE AUTENTICIDADE, em arquivo paralelo, no qual se encontra o hash SHA256 de validação, o que garante que o conteúdo desse documento não sofreu alteração após assinatura das partes. O hash SHA256 deverá ser o mesmo obtido através dos mecanismos de extração de hash disponíveis pelas ferramentas de terceiros.



AGRO FLORESTAL SÃO CAETANO S.A.

CNPJ N. 75.713.081/0001-76 - União da Vitória, 31 de dezembro de 2024.

Relatório da Diretoria

Em 2024, a empresa Agro Florestal São Caetano S/A manteve a operação florestal alinhada com a demanda e os valores praticados pelo mercado, respeitando o pilar principal da gestão florestal, de garantir a sustentabilidade do ativo, seguindo sua capacidade de produção conforme demanda da indústria parceira.

A Agro Florestal São Caetano S/A manteve em conformidade a parceria com a empresa Madeireira Thomasi S.A, mediante a gestão racional dos seus ativos biológicos, adotando práticas de gestão e controles via plano estratégico plurianual de operação, considerando o orçamento anual de despesas e investimentos.

Ao se tratar do mercado de venda de toras de pinus, a Agro Florestal São Caetano S/A assim como as demais empresas do setor teve dificuldades, ao longo do ano de 2024, pela instabilidade do valor RS/ton em pé das toras durante o período, sendo movimentadas 4,298 toneladas de madeira de

Pinus e 3,745 toneladas de madeira de Eucalyptus, respeitando o contrato de parceria firmado com a Madeireira Thomasi S.A.

Quanto ao ativo florestal em questão, foram implantados 88 novos hectares de mudas de pinus, conforme demonstrado no laudo de avaliação de Ativos Biológicos. Foi utilizado o melhor material genético disponível no mercado, e gestão in loco sobre os tratos silviculturais pertinentes, visando a alcançar IMA (Incremento Médio Anual) de 45m³ / hectare/ano.

Deu-se continuidade ao plano de manutenção dos plantios com idade <= 4 anos, com as devidas intervenções silviculturais necessárias, visando a garantir o incremento desejado para a floresta, em linha com o objetivo de gerar florestas de múltiplos produtos, de alto valor agregado, seja para abastecimento da empresa parceira ou geração de renda futura junto ao mercado consumidor. Além das atividades técnicas de implantação, manutenção e comercialização de madeiras, foram

executadas as atividades correlatas, como: Gestão e controles administrativos e operacionais, conservação do patrimônio por meio de vigilâncias das fazendas, bem como a atenção das questões fundiárias das propriedades e a manutenção dos impostos (ITR), garantindo assim a perpetuidade da gestão dos ativos florestais da empresa.

Agradecimentos

Desejamos expressar nossos agradecimentos a todos os funcionários e colaboradores, cuja dedicação tem sido de inestimável valor para o sucesso e continuidade da empresa. Agradecemos também aos clientes, fornecedores e a todos que de alguma forma contribuíram para o nosso desenvolvimento.

Maria Verônica Longo

Diretora

Balço Patrimonial Encerrado em 31 de Dezembro - (Em Reais)			
Ativo	Nota	2024	2023
Ativo Circulante			
Caixa e Equivalentes de Caixa	6	131.746	637
Impostos a Recuperar	7	1.841	1.841
Total do Ativo Circulante		133.587	2.478
Ativo Não Circulante			
Realizável a Longo Prazo			
Depósitos Judiciais		-	85
Partes Relacionadas	9	10.072.320	10.229.323
Total do Realizável a Longo Prazo		10.072.320	10.229.408
Imobilizado			
Ativo Biológico	10	9.372.736	9.567.922
Total do Ativo Não Circulante		38.126.586	38.478.860
Total do Ativo		38.260.173	38.481.338
Passivo e Patrimônio Líquido			
Passivo Circulante			
Obrigações Sociais	11	33.757,3	2.848
Obrigações Tributárias	12	31.993	27.848
Outras Obrigações	13	12.946	123.596
Total do Passivo Circulante		78.696	184.292
Passivo Não Circulante			
Partes Relacionadas		340.250	340.250
Impostos Diferidos	14	9.424.212	9.489.360
Obrigações Tributárias	12	9.335	26.125
Total do Passivo Não Circulante		9.773.797	9.855.735
Patrimônio Líquido			
Capital Social	15	7.441.050	7.441.050
Reservas de Lucros	15	8.736.754	8.770.385
Ajustes de Avaliação Patrimonial		12.229.876	12.229.876
Total do Patrimônio Líquido		28.407.620	28.441.311
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido		38.260.173	38.481.338

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do Resultado dos Exercícios Encerrados em 31 de Dezembro - (Em Reais)			
Resultado do Exercício	Nota	2024	2023
Resultado do Exercício			
Receita Líquida de Vendas	16	384.161	817.497
Varição do Valor Justo dos Ativos Biológicos		96.450	474.677
Exaustão	(288.058)	(711.765)	(711.765)
Depreciação	(3.578)	(4.446)	(4.446)
Lucro Operacional Bruto		188.975	575.963
Receitas (Despesas) Operacionais			
Despesas Administrativas	(374.535)	(558.652)	(558.652)
Despesas Tributárias	(10.787)	(20.346)	(20.346)
Outras Receitas/(Despesas)	(85)	-	-
Total das Receitas (Despesas) Operacionais		(385.407)	(578.998)
Resultado Antes do Resultado Financeiro		(196.432)	(3.035)
Receitas Financeiras	17	5.981	-
Despesas Financeiras	18	(4.740)	(7.010)
Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro		(195.191)	(10.045)
IRPJ/CSLL Correntes	(14.236)	(28.600)	(28.600)
IRPJ/CSLL Diferidos	65.147	80.610	80.610
Resultado do Exercício		(144.280)	(41.965)
Atribuído a:			
Valor por lote de 1000 ações	(0,11)	0,03	-

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração dos Resultados Abrangentes em 31 de Dezembro - (Em Reais)		
	2024	2023
Resultado do Exercício	(144.280)	(41.965)
Outros resultados Abrangentes	-	-
Resultado Abrangente Total do Exercício	(144.280)	(41.965)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

3.6.1. Imobilizado - Valor Recuperável de Ativos

Caso exista evidências claras de que os ativos estão registrados por valor não recuperável no futuro, a entidade deverá imediatamente reconhecer a desvalorização, por meio da constituição de provisão para perdas. Anualmente ou quando houver indicação que uma perda foi sofrida, a Companhia realiza o teste de recuperabilidade dos saldos contábeis de ativos intangíveis, imobilizado e outros ativos não circulantes, para determinar se estes ativos sofreram perdas por "impairment" em observância ao CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável do Ativo.

3.6.2. Imobilizado - custo atribuído (deemed cost)
Na adoção inicial dos novos pronunciamentos técnicos, a Companhia pode optar por efetuar uma atribuição de custo (deemed cost) a determinadas classes de ativos imobilizados. Dessa forma, foram atribuídos custos aos ativos imobilizados alocados na classe de terras florestais (única classe existente de ativos imobilizados), de forma que estes ativos refletissem seu valor justo na data de adoção dos novos pronunciamentos, visto que o custo histórico registrado para estes ativos anteriormente estava defasado de seu valor justo de realização destes ativos.

3.7. Ativos biológicos
Os ativos biológicos da Companhia, representados por suas florestas, anteriormente classificados dentro do ativo imobilizado, foram alocados para um grupo específico no ativo não circulante, denominado "ativos biológicos", além de passarem a ser reconhecidos por seu valor justo, líquido dos custos para venda, ao invés de somente ao custo histórico conforme prática contábil anterior. Os efeitos da adoção inicial do reconhecimento dos ativos biológicos a valor justo foram registrados no patrimônio líquido da Companhia, como uma "reserva de ativos biológicos", com transferência para lucros acumulados após sua efetiva realização financeira, a ser efetuada via exaustão. Adicionalmente, o valor justo corresponde a uma diferença temporária com o registro dos impostos diferidos cabíveis. Os ativos biológicos correspondem a florestas de Pinus e Eucalyptus. Foi calculado o valor justo dos estoques de árvores em pé de Pinus taeda, Pinus ellipticus e Eucalyptus dunnii pertencentes a empreendimento florestais, implantados nos imóveis rurais de propriedade da Companhia. A avaliação dos ativos biológicos é feita anualmente pela Companhia, sendo o ganho ou perda na variação do valor justo dos ativos biológicos reconhecidos no resultado no período em que ocorrem, em linha específica da demonstração do resultado, denominada "variação do valor justo dos ativos biológicos". O aumento ou diminuição no valor justo é determinado pela diferença entre os valores justos dos ativos biológicos no início do período e no final do período avaliado.

A contrapartida do valor justo dos ativos biológicos, líquido dos impostos diferidos incidentes, é mantido dentro da "Reserva de Ativos Biológicos" no patrimônio líquido, até a sua efetiva realização financeira e econômica, sendo neste momento transferido o valor proporcional realizado para lucros acumulados para destinação.

Os reforestamentos existentes nas propriedades da Agro Florestal São Caetano S/A foram implantados pela Madeireira Thomasi S/A empresa ligada, que firmaram entre si contrato de arrendamento de terras e parceria agrária, tendo como objetivo o cultivo de árvores para posterior colheita. Os contratos de arrendamento firmados entre as empresas, estabelecem que o resultado da produção conjunta de madeiras será dividido entre as empresas na proporção de 40% para o Arrendador e 60% para o Arrendatário.

A avaliação dos ativos biológicos por seu valor justo considera certas estimativas, tais como: preço de madeira, taxa de desconto, plano de colheita das florestas e volume de produtividade, as quais estão sujeitas a incertezas, podendo gerar efeitos nos resultados futuros em decorrência de suas variações.

3.7.1. Ativos biológicos - Reconhecimento a Valor Justo

a) O valor justo dos ativos biológicos foram determinados a preço de mercado, levando em consideração os dados de inventário florestal e a prognose calculada através dos sistemas SISPINUS e SISEUCALYPTUS, desenvolvido pela EMBRAPA;

b) A metodologia utilizada na mensuração do valor justo dos ativos biológicos corresponde a projeção dos fluxos de caixa futuro de acordo com o ciclo de produtividade projetado das florestas, levando-se em consideração as variações de preço e crescimento dos ativos biológicos;

c) A taxa de desconto utilizada nos fluxos de caixa foi a taxa de juros praticada no mercado nacional;

d) O valor da madeira foi fixado pela tabela de preços de mercado, levando-se em consideração os sortimentos a serem obtidos nos desbastes (cortes sistemático-seletivo e corte seletivo) e no corte final da floresta;

e) Diferentemente de culturas agrícolas, as florestas não possuem sistemas de produção fixos. Cada povoamento exige um manejo específico, que envolve tratamentos variados como desbastes de diferentes tipos, intensidades e épocas, e variações na idade do corte final. Estes tratamentos variam em função de fatores como: objetivo industrial da produção, qualidade do local (solo, clima), material genético, empacotamento e densidade;

f) São determinados os custos das manutenções e do manejo dos reforestamentos, a partir da implantação até a rotação final (20 vinte) anos para o gênero Pinus e de 12 (doze) anos até 17 (dezessete) anos para o gênero Eucalyptus;

g) Os custos de implantação e manutenção correspondem ao plantio das florestas e aos tratos silviculturais, de proteção contra pragas e doenças e das operações de vigilância dos reforestamentos, nos períodos compreendidos entre os desbastes necessários à formação dos reforestamentos a até corte final;

h) Sobre o valor presente líquido (VPL) foi aplicada a porcentagem do ativo biológico pertencente à Agro Florestal São Caetano, em função do arrendamento das terras para a Madeireira Thomasi S/A, proprietário dos ativos biológicos;

i) A Companhia revisa o valor justo de seus ativos biológicos anualmente, sob o entendimento de que este intervalo é suficiente para que não haja defasagem do saldo de valor justo dos ativos biológicos registrado em suas demonstrações. Para estas revisões é contratada empresa especializada para emissão dos laudos técnicos.

3.8. Outros Ativos
Os demais ativos estão apresentados ao custo de aquisição atualizado conforme disposições legais ou contratuais, ajustado ao valor provável de realização.

3.9. Contas a Pagar a Fornecedores
As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso ordinário dos negócios e são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente, ajustada a valor presente, quando relevante.

3.10. Provisões
As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação na data das demonstrações financeiras como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja exigida para liquidar a obrigação; e o valor foi estimado de maneira confiável.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de a Companhia liquidá-las é determinada, levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pela melhor estimativa do valor exigido para liquidar a obrigação na data das demonstrações financeiras. Quando o efeito do valor do dinheiro no tempo é material, o valor da provisão é o valor presente do desembolso que se espera que seja exigido para liquidar a obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

A provisão para contingências é constituída com amparo em pareceres de assessores jurídicos em montantes suficientes para cobrir perdas e riscos consideráveis prováveis.

3.11. Tributos sobre o lucro
Os tributos sobre o lucro do período compreendem o imposto de renda e

Mutações do Patrimônio Líquido dos Exercícios Encerrados em 31 de Dezembro - (Em Reais)						
	Capital Social	Reserva Social	Reserva de Lucros			Patrimônio Líquido Total
			Reserva Legal	Retenção de Lucros	Lucros/Prejuízos Acumulados	
Em 31 de dezembro de 2022	7.441.050	-	405.905	1.406.463	6.371.229	27.854.523
Resultado do Exercício	-	-	-	-	-	41.965
Ajuste ao Valor Justo dos Ativos Biológicos	-	-	-	-	-	(474.677)
Impostos Diferidos sobre Ajuste ao Valor Justo	-	-	-	-	-	161.390
Realização dos Ativos Biológicos	-	-	-	-	-	711.765
Realização dos Impostos Diferidos do Ativo Biológico	-	-	-	-	-	(242.000)
Reversão de Lucros Destinados no Ano Anterior	-	-	-	-	-	-
Reversão de Dividendos Propostos de 2022	-	-	-	-	-	666.359
Destinações Propostas						
Constituição de Reserva Legal	-	-	25.587	-	-	(25.587)
Dividendo Mínimo Obrigatório	-	-	-	-	-	(121.536)
Destinação para Reservas	-	-	-	51.320	-	(51.320)
Em 31 de dezembro de 2023	7.441.050	-	431.492	2.148.247	6.190.646	28.441.311
Resultado do Exercício	-	-	-	-	-	(144.280)
Ajuste ao Valor Justo dos Ativos Biológicos	-	-	-	-	-	(96.450)
Impostos Diferidos sobre Ajuste ao Valor Justo	-	-	-	-	-	32.793
Realização dos Ativos Biológicos	-	-	-	-	-	288.058
Realização dos Impostos Diferidos do Ativo Biológico	-	-	-	-	-	(97.941)
Reversão de Dividendos Propostos de 2023	-	-	-	-	-	121.536
Destinações Propostas						
Constituição de Reserva Legal	-	-	2.292	-	-	(2.292)
Dividendo Mínimo Obrigatório	-	-	-	-	-	(10.887)
Reversão de Reservas	-	-	-	-	-	30.999
Em 31 de dezembro de 2024	7.441.050	-	433.784	2.238.784	6.064.186	28.407.680

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

a contribuição social, correntes e diferidos. O tributo é reconhecido na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiver relacionado com itens reconhecidos diretamente no patrimônio. Nesse caso, o tributo também é reconhecido no patrimônio.

Os encargos de imposto de renda e contribuição social corrente são calculados com base nas leis tributárias promulgadas no Brasil, na data do balanço. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de imposto de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores que deverão ser pagos às autoridades fiscais.

3.12. Apuração do resultado
O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil da competência dos exercícios, tanto para o reconhecimento de receitas quanto de despesas.

3.13. Receita de contrato com cliente
Reconhecimento

As receitas de contratos com clientes são reconhecidas e agrupadas por características ou circunstâncias similares de natureza, valores, época e incertezas, levando em consideração a transferência do bem ou dos serviços prometidos, demonstrando o valor efetivamente acordado com o cliente.

Mensuração
A mensuração do preço da transação registra os valores dos bens ou serviços transferidos conforme contrato existente com o cliente utilizando os efeitos de:

- Contraprestação variável;
- Restrição de estimativas de contraprestação variável;
- Existência de componente de financiamento significativo no contrato;
- Contraprestação não monetária; e
- Contraprestação a pagar ao cliente.

3.14. Estimativas contábeis
A elaboração de demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. As demonstrações contábeis da Companhia incluem certas estimativas referentes a provisões de natureza fiscais. Os resultados das transações podem apresentar variações em relação às estimativas quando de sua realização no futuro, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa as estimativas e premissas periodicamente, ajustando-as, quando aplicável.

Nota 4 - Gerenciamento de Riscos de Instrumentos Financeiros
A Companhia revisa os principais instrumentos financeiros ativos e passivos, bem como os critérios para a sua valorização, avaliação, classificação e os riscos a eles relacionados, os quais estão descritos a seguir:

4.1. Risco de Crédito
Contas a receber de clientes e outros recebíveis

A exposição da Companhia ao risco de crédito é influenciada principalmente pelas características individuais de cada cliente. Contudo, a Administração também considera os fatores que podem influenciar o risco de crédito da sua base de clientes, incluindo o risco de não pagamento. São classificados como recebíveis os valores de caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e outros ativos circulantes, cujos valores registrados aproximam-se, na data do balanço, aos de realização.

Caixa e equivalentes de caixa
A Companhia limita suas exposições a riscos de crédito ao aplicar em renda fixa apenas em bancos de primeira linha. A Administração monitora ativamente as classificações de créditos e, uma vez que os investimentos são apenas em aplicações de renda fixa, a Administração não espera que nenhuma contraparte falhe em cumprir com suas obrigações. Os saldos em aplicações financeiras são com instituições com baixo risco de crédito.

4.2. Exposição aos riscos de crédito
O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco de crédito em 31 de dezembro de 2024 está demonstrada a seguir:

	2024	2023
Caixa e equivalentes de caixa	131.746	637
Total	131.746	637

4.3. Outros passivos financeiros
São classificados neste grupo os saldos mantidos com fornecedores e outros passivos circulantes. Os outros passivos financeiros são classificados como não mensurados ao valor justo, e estão contabilizados pelos seus valores contratuais.

4.4. Valor Justo
Os valores justos dos instrumentos financeiros são iguais aos valores contábeis.

4.5. Gerenciamento de Riscos de Instrumentos Financeiros
A Administração da Companhia realiza o gerenciamento a exposição aos riscos de taxas de juros, câmbio, crédito e liquidez em suas operações com instrumentos financeiros dentro de uma política global de seus negócios.

4.6. Risco de Taxas de Juros
O objetivo da política de gerenciamentos de taxas de juros da Companhia é o de minimizar as possibilidades de perdas por conta de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras.

A Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de operações para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas e adota política conservadora de captação e aplicação de seus recursos financeiros.

4.7. Risco de Liquidez
A política de gerenciamento de riscos implica em manter um nível seguro de disponibilidades de caixa ou acessos a recursos imediatos. Dessa forma, a Companhia possui aplicações com vencimento em curto prazo e com liquidez imediata.

Nota 5 - Instrumentos Financeiros Básicos

	2024	2023
Ativos Financeiros		
Caixa e equivalentes de caixa	131.746	637
Partes relacionadas	10.072.320	10.229.323
Total	10.072.320	10.229.323
Passivos Financeiros		
Partes relacionadas	340.250	340.250
Total	340.250	340.250

Nota 6 - Caixas e Equivalentes de Caixa

	2024	2023
Bancos	131.746	637
Total de Caixas e Equivalentes de Caixa	131.746	637

Nota 7 - Impostos a Recuperar

	2024	2023
ICMS a Recuperar	1.841	1.841
Total de Impostos a Recuperar	1.841	1.841

Nota 8 - Partes Relacionadas Ativo

	2024	2023
Madeiraira Thomasi S.A.	9.948.495	10.105.498
Mútuos com Pessoas Ligadas	123.825	123.825
Total de		

AGRO FLORESTAL SÃO CAETANO S.A.		
<p>as práticas contábeis no Brasil não requerem a sua contabilização:</p> <p>19.1. Ação de dissolução parcial nº 13139-37.2019.8.16.0194 - 2ª V. Cível União da Vitória Trata-se de ação em que o acionista Espólio de Antonio Roque Thomasi postula a sua retirada das companhias em questão. Recentemente, foi proferida sentença de procedência, a qual decretou a dissolução parcial e determinou a apuração dos haveres do sócio retirante. As Companhias recorrerão. O Autor atribuiu à ação o valor de R\$ 100.000,00 (data-base dezembro de 2019). Não houve a formulação de pretensão concreta relativamente ao valor dos haveres buscados, e não é possível estimar o valor concreto da condenação objeto da sentença, pois ele depende da reavaliação de todos os ativos e passivos da Companhia para a data-base, bem como da submissão dessa reavalia-</p>	<p>ção a todos os procedimentos inerentes ao levantamento de um balanço de determinação, o que dependerá de perícia. A perda é considerada possível.</p> <p>19.2. Ação anulatória nº 4894-92.2022.8.16.0174 - 2ª Vara Cível de União da Vitória Trata-se de ação proposta por Espólio de Antonio Roque Thomasi em face da Madeireira Thomasi S/A, em que o Autor pede o reconhecimento da nulidade da "proposta e posterior aprovação da retificação das Demonstrações Financeiras do Exercício de 2021...", bem como das deliberações decorrentes dessa retificação, pedindo que "... o acionista controlador seja obrigado a reconvocar a continuação da Assembleia Geral Ordinária apenas para deliberar sobre a distribuição dos dividendos...". A ação foi julgada improcedente, com a revogação da liminar. Dessa sentença cabe recurso.</p>	<p>O Autor atribuiu à causa o valor de R\$ 10.000,00 (base jul/2022). Não há uma pretensão econômica concreta na demanda. O risco de perda é considerado possível.</p> <p>19.3. Ação anulatória nº 0004895-77.2022.8.16.0174 - 2ª Vara Cível de União da Vitória Trata-se de ação proposta por Espólio de Antonio Roque Thomasi em face da Agro-Florestal São Caetano S/A, em que o Autor pede a "... declaração de nulidade da convocação para a Assembleia realizada em 07 de julho de 2022 e da consequente deliberação que aprovou o aumento do capital social da Ré e alterou o artigo 5º de seu estatuto social...". Em 2024 houve sentença de improcedência, confirmada no tribunal e já transitada em julgado. Assim, o risco de perda é, atualmente, considerado inexistente.</p>
<p>Relatório dos Auditores Independentes Sobre as Demonstrações Financeiras Individuais</p> <p>Aos Diretores e Acionistas da Agro Florestal São Caetano S.A. - União da Vitória - PR Opinião Examinamos as demonstrações financeiras da Agro Florestal São Caetano S.A., que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2024, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.</p> <p>Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a NBC TG 1000 Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas (PMEs).</p> <p>Base para opinião Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Agro Florestal São Caetano S.A., de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.</p> <p>Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com a NBC TG 1000 Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas (PMEs) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.</p> <p>Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.</p> <p>Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.</p>		
<p>• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da companhia.</p> <p>• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.</p> <p>• Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.</p> <p>Comunicamos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.</p> <p>Joinville (SC), 07 de março de 2025.</p> <p>Simone Mathias Leite - Contadora CRC (RS) nº 053.378/T-SC CNAI 3.252</p> <p>Juliano César de Souza - Contador CRC (SC) nº 042.071/O-3 CNAI 5.779</p> <p>SAPPJA AUDITORES E CONSULTORES CRC (SC) nº 8.745/O-1 - CVM nº 12.106</p>		

Publicidade Legal é coisa séria!

Atas

Editais

Balanços

Súmulas

Concorrências

Tomada de Preços

Avisos

Comunicados

Anúncios

Consulte
nossa equipe

41 3333-9800

publegal@induscom.com.br

pl@induscom.com.br

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 17/04/2025



Aponte a câmera do seu celular para o QR Code para acessar a página de Publicações Legais no portal do Jornal Indústria & Comércio ou acesse através do link: https://www.diarioinduscom.com.br/Publicacoes_Legais



Hash validação: 7d25358c20983888724e51959a03168e7115004668ac09d577d45967798fb98e3, em acordo com MP 2.200-2/01

Documento final gerado em 17/04/2025 00:04:51

Esse documento pode ser validado através do QR CODE abaixo, ou via URL: <https://incodigital.ipsign.com.br/validador>

Identificador de validação: 7d25358c20983888724e51959a03168e7115004668ac09d577d5967798fb98e3



Assinatura

Assinado em: 17/04/2025 00:04:59

Tipo de assinatura: Desenho na tela

Assinante: Fabiano Fernando Furtado - INCO EDITORA DIARIO INDUSTRIA E COMERCIO LTDA

CPF: 01993841938

E-mail: financeiro2@induscom.com.br

Identificador: d2ca5525426c17710960421a244ca5ab



IP	Local	Cidade	CEP	UF	Software
187.53.118.239, 172.31.8.249	-25.4278167,-49.2385438	Curitiba	82530-230	PR	Google Chrome/Microsoft Edge 135.0.0.0 / Windows



Emitido por: Fabiano Fernando Furtado - INCO EDITORA DIARIO INDUSTRIA E COMERCIO LTDA

E-mail: financeiro2@induscom.com.br

As partes reconhecem e declaram que o presente instrumento pode ser assinado entre as mesmas e respectivas testemunhas (quando presentes), por meio físico ou eletrônico, sendo certo que neste último caso as assinaturas serão consideradas juridicamente válidas, autênticas e vinculativas, nos termos da legislação aplicável.

Esse documento assinado de forma eletrônica está em conformidade com o Código Civil, Código de Processo Civil, Legislação vigente que regula as assinaturas eletrônicas e Medida Provisória nº 2.200-2/2001.

Documento assinado com certificado digital em conformidade com a legislação aplicável vigente. A validade do mesmo poderá ser confirmada através do verificador de conformidade do ITI - Instituto Nacional de Tecnologia da Informação, através do link: validar.iti.gov.br

A assinatura desse documento com certificado digital, gerará crítica em caso de tentativa de modificação do seu conteúdo, podendo ser constatada nas propriedades dos certificados digitais do mesmo, quando o arquivo for aberto através de visualizadores de PDF de terceiros.

Esse documento é acompanhado do seu PROTOCOLO DE AUTENTICIDADE, em arquivo paralelo, no qual se encontra o hash SHA256 de validação, o que garante que o conteúdo desse documento não sofreu alteração após assinatura das partes. O hash SHA256 deverá ser o mesmo obtido através dos mecanismos de extração de hash disponíveis pelas ferramentas de terceiros.



AGROPESP- AGROPECUÁRIA SÃO PAULO S/A			
21.4. Dividendos			
Os dividendos representam a parcela de lucros auferidos pela Companhia, que é distribuído aos acionistas a título de remuneração do capital investido nos exercícios sociais. Todos os acionistas têm direito a receber dividendos, proporcionais a sua participação acionária, conforme assegurado pela legislação societária brasileira e o estatuto social da Companhia e de suas controladas. A Companhia outorga a seus acionistas o direito ao recebimento a cada exercício de um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido anual.			
Resultado do Exercício	4.747.876	2024	2023
(-) Reserva Legal	(237.394)	6.310.314	9.693.427
Base de Cálculo dos Dividendos	4.510.482	6.310.314	9.693.427
Dividendos Mínimos Obrigatórios (25%)	1.127.621		
Nota 21 - Receita Com Vendas			
Venda de Soja	6.310.314	6.310.314	9.693.427
Receita com Vendas e Serviços	6.310.314	6.310.314	9.693.427
Nota 22 - Outras Receitas E Despesas			
Contingências Cíveis	(2.371.964)	2024	2023
Créditos Irrecuperáveis	(214.699)	(2.371.964)	(2.821.545)
Outras Receitas e Despesas	(4.158)	(4.158)	(4.049)
Total de Outras Receitas e Despesas	(2.590.821)	(2.590.821)	(2.825.594)
Relatório dos Auditores Independentes Sobre as Demonstrações Financeiras Individuais			
Aos Diretores e Acionistas da			
Agropesp - Agropecuária São Paulo S.A. - União da Vitória - PR			
Opinião com ressalva			
Examinamos as demonstrações financeiras da AGROPESP - AGROPECUÁRIA SÃO PAULO S.A., que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2024, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.			
Em nossa opinião, exceto pelos efeitos dos assuntos mencionados no parágrafo base para opinião com ressalva, as demonstrações financeiras acima referidas foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com			
As despesas com contingências cíveis são vinculadas aos processos judiciais classificados como perda provável pelos assessores jurídicos da Companhia que estão demonstrados na nota explicativa nº 18.			
Nota 23 - Resultado Financeiro Líquido			
Receitas Financeiras	2024	2023	
Rendimentos de Aplicações Financeiras	677.403	359.524	
Descontos Obtidos	583	-	
Variação Cambial Ativa	-	1.324.678	
Variação Monetária Ativa	3.361.065	2.892.762	
Total das Receitas Financeiras	4.039.051	4.576.964	
Despesas Financeiras			
Multa e Juros	(59.387)	(7.632)	
Despesas bancárias	(349)	(2.173)	
IRRF s/ Aplicação Financeira	(42.930)	-	
IOF	(1.023)	(527)	
Despesas com Aplicações Financeiras	-	(33.025)	
Variação Cambial Passiva	-	(2.066.915)	
Variação Monetária Passiva	(1.083.486)	(5.178.543)	
Outras despesas financeiras	-	(366)	
Total das (Despesas) Financeiras	(1.187.175)	(7.289.181)	
Resultado Financeiro Líquido	2.851.876	(2.712.217)	
A variação ocorrida no resultado financeiro é reflexo da transferência das aplicações financeiras no exterior para a controladora Madeireira Thomas S.A. e o efeito dos Contratos a Fixar contabilizado em contas a receber de clientes e demonstrados na nota explicativa nº 7.			
a NBC TG 1000 Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas (PMEs).			
Base para opinião com ressalva			
A empresa não utilizava a base de cálculo adequada dos impostos incidentes sobre a receita de arrendamento (IRPJ e CSLL) sendo o correto 32% e o que vinha sendo utilizado considerava 8%, conforme determina a legislação fiscal. Esta contingência tributária importa em R\$ 589.105 em 31 de dezembro de 2024, que não está refletida nas demonstrações contábeis. Consequentemente o patrimônio líquido teria sido reduzido neste valor. O procedimento foi ajustado em 2023, entretanto, o risco ainda incide sobre os exercícios de 2020, 2021 e 2022.			
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade			
com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Agropesp - Agropecuária São Paulo S.A. , de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.			
Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras			
A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com a NBC TG 1000 Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas (PMEs) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.			
Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.			
Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras			
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.			
Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:			
<ul style="list-style-type: none"> • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da companhia. • Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. 			
Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.			
Joinville (SC), 05 de março de 2025.			
Simone Mathias Leite - Contadora			
CRC (RS) nº 053.378/T-SC - CNAI 3.252			
Juliano César de Souza - Contador			
CRC (SC) nº 042.071/O-3 - CNAI 5.779			
SAPPIA AUDITORES E CONSULTORES			
CRC (SC) nº 8.745/O-1 - CVM nº 12.106			

Publicidade Legal é coisa séria!

Atas

Editais

Balanços

Súmulas

Concorrências

Tomada de Preços

Avisos

Comunicados

Anúncios

Consulte
nossa **equipe**

41 3333-9800

publegal@induscom.com.br

pl@induscom.com.br

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 17/04/2025

Aponte a câmera do seu celular para o QR Code para acessar a página de Publicações Legais no portal do Jornal Indústria & Comércio ou acesse através do link: https://www.diarioinduscom.com.br/Publicacoes_Legais



Documento final gerado em 17/04/2025 00:05:47

Esse documento pode ser validado através do QR CODE abaixo, ou via URL: <https://incodigital.ipsign.com.br/validador>

Identificador de validação: 7f76e13870eccb97d2f9af8f789f887dc7cd12885d1e3b3eedbb171a0d38f01e



Assinatura

Assinado em: 17/04/2025 00:06:02

Tipo de assinatura: Desenho na tela

Assinante: Fabiano Fernando Furtado - INCO EDITORA DIARIO INDUSTRIA E COMERCIO LTDA

CPF: 01993841938

E-mail: financeiro2@induscom.com.br

Identificador: a5eaa97b0ff158a0b064743c8e27955d



IP	Local	Cidade	CEP	UF	Software
187.53.118.239, 172.31.8.249	-25.4278167, -49.2385438	Curitiba	82530-230	PR	Google Chrome/Microsoft Edge 135.0.0.0 / Windows



Emitido por: Fabiano Fernando Furtado - INCO EDITORA DIARIO INDUSTRIA E COMERCIO LTDA

E-mail: financeiro2@induscom.com.br

As partes reconhecem e declaram que o presente instrumento pode ser assinado entre as mesmas e respectivas testemunhas (quando presentes), por meio físico ou eletrônico, sendo certo que neste último caso as assinaturas serão consideradas juridicamente válidas, autênticas e vinculativas, nos termos da legislação aplicável.

Esse documento assinado de forma eletrônica está em conformidade com o Código Civil, Código de Processo Civil, Legislação vigente que regula as assinaturas eletrônicas e Medida Provisória nº 2.200-2/2001.

Documento assinado com certificado digital em conformidade com a legislação aplicável vigente. A validade do mesmo poderá ser confirmada através do verificador de conformidade do ITI - Instituto Nacional de Tecnologia da Informação, através do link: validar.iti.gov.br

A assinatura desse documento com certificado digital, gerará crítica em caso de tentativa de modificação do seu conteúdo, podendo ser constatada nas propriedades dos certificados digitais do mesmo, quando o arquivo for aberto através de visualizadores de PDF de terceiros.

Esse documento é acompanhado do seu PROTOCOLO DE AUTENTICIDADE, em arquivo paralelo, no qual se encontra o hash SHA256 de validação, o que garante que o conteúdo desse documento não sofreu alteração após assinatura das partes. O hash SHA256 deverá ser o mesmo obtido através dos mecanismos de extração de hash disponíveis pelas ferramentas de terceiros.



MADEIREIRA THOMASI S.A.
CNPJN. 81.637.431/0001-65 / União da Vitória, 31 de dezembro de 2024.

Relatório da Diretoria

O cenário econômico durante o ano de 2024 retratou diretamente as repercussões geopolíticas e os fenômenos naturais ocorridos ao longo do ano. Do ponto de vista econômico, as taxas de juros atingiram níveis recordes em uma tentativa de controlar a inflação global, o que resultou em uma significativa queda na demanda e nos preços dos produtos madeireiros. Destaca-se a situação dos Estados Unidos, o maior mercado consumidor de madeira , que é lastreado na construção civil, onde o risco de crédito provocado pela alta dos juros e conjuntamente a política econômica contracionista adotada pelo FED é persistente, além disto a manutenção da restrição da certificação estrutural dos compensados brasileiros, aliado ao elevado custo da matéria prima brasileira, em relação ao custo da madeira Norte Americana, fato que reduz a competitividade dos nossos produtos madeireiros no mercado internacional. Esta volatilidade de mercado gerou grande preocupação entre os empresários. Com a falta de demanda, muitas indústrias foram

obrigadas a demitir funcionários, implementar férias coletivas e buscar por mercados alternativos para manter suas operações, mesmo que com margens reduzidas ou negativas. O preço final dos produtos madeireiros continuaram desvalorizados em relação ao seu pico histórico mesmo com a variação cambial que alcançou picos de US 6,20 no último bimestre de 2024, enquanto a matéria prima principal, a tala, manteve-se estável em comparação com 2023, o volume e a receita gerada pelos produtos madeireiros diminuíram em torno de 28% ao longo de 2024 em razão dos fatos enumerados acima. Além desses desafios, o custo de produção permaneceu elevado em todas as operações, refletindo as tensões mundiais, com a continuidade da guerra no leste europeu, controle da produção mundial de petróleo, possível recessão na economia Americana, aliado ao cenário interno em especial pela inoperância e alta dos custos de logística marítima (Frete).

Diante desse cenário incerto e dos altos custos de produção, a Madeireira Thomasi S/A optou por manter uma estratégia de produção reduzida em sua unidade industrial, visando preservar o seu ativo florestal para o futuro. No entanto, a empresa enfrentou desafios relacionados a instabilidade e desvalorização nos preços de toras, cálculo do valor justo do mesmo. O balanço de abastecimento da indústria ao longo de 2024 fechou em 91 % de toras próprias e 9% de toras do mercado. Quanto à venda de toras, verificou-se instabilidade com variações no valor R\$/ton. ao longo de 2024. O principal sortimento consumido pelo setor de celulose e papel, 8 a 18 cm de pinus, o qual sofreu com a volatilidade da demanda e do valor da celulose do mercado.

Nelson Thomasi
Diretor

Balanco Patrimonial Encerrado em 31 de Dezembro - (Em Reais)					
Ativo	Nota	Controladora		Consolidado	
		2024	2023	2024	2023
Ativo Circulante					
Caixa e Equivalentes de Caixa	6	24.369.708	19.250.728	31.304.199	25.244.583
Contas a Receber	7	2.393.786	3.033.049	14.141.453	9.871.229
Impostos a Recuperar	8	369.195	2.710.314	420.076	2.864.300
Estoques	9	2.572.289	1.811.475	2.681.096	1.811.475
Valores em garantia		-	-	80.716	80.716
Despesas Antecipadas		17.890	14.252	22.709	16.030
Dividendos a Receber		1.052.954	537.301	-	-
Outras Contas a Receber		181.032	179.721	188.120	267.021
Total do Ativo Circulante		30.956.854	27.536.840	48.838.369	40.155.354
Ativo Não Circulante					
Realizável a Longo Prazo					
Partes Relacionadas	10	2.074.774	1.890.782	2.059.998	1.888.384
Impostos a Recuperar	7	-	-	-	60.462
Depósitos Judiciais		6.187	9.648	6.187	9.928
Indenizações a Receber		-	12.196	-	12.196
Total do Realizável a Longo Prazo		2.080.961	1.912.626	2.066.185	1.970.970
Investimentos	11	14.256.034	10.830.840	386.032	376.953
Imobilizado	12	27.956.001	29.023.999	34.851.148	35.010.720
Intangível	13	69.201	81.570	69.201	81.570
Ativo Biológico	14	22.114.241	21.827.610	22.114.241	21.827.610
Total do Ativo Não Circulante		66.476.438	63.676.645	59.486.807	59.267.823
Total do Ativo		97.433.292	91.213.485	108.325.176	99.423.177
Passivo e Patrimônio Líquido					
Passivo Circulante					
Fornecedores	15	253.302	361.553	522.801	395.747
Obrigações Sociais e Trabalhistas	16	243.302	312.740	314.921	416.343
Obrigações Tributárias	17	502.843	115.212	805.339	553.650
Adiantamento de Clientes		34.055	3.987	34.055	3.987
Dividendos a Pagar	18	1.887.798	638.714	1.967.956	638.714
Outras Obrigações		285.182	209.597	385.455	351.319
Total do Passivo Circulante		3.206.482	1.641.803	4.030.527	2.359.760
Passivo Não Circulante					
Obrigações Tributárias	17	25.604	47.343	25.604	47.343
Impostos Diferidos	19	14.110.075	14.595.944	14.110.075	14.595.944
Partes Relacionadas	10	25.222.339	25.379.341	9.948.496	10.105.498
Provisão de Contingências	20	2.000	217.820	24.360.124	22.203.980
Outras Obrigações		-	3.462	-	3.462
Total do Passivo Não Circulante		39.360.018	40.243.910	48.444.299	46.956.227
Patrimônio Líquido					
Capital Social	21	3.038.715	3.038.715	3.038.715	3.038.715
Reserva de Capital		465.950	465.950	465.950	465.950
Reserva de Reavaliação		2.448.822	2.448.822	2.448.822	2.448.822
Ajuste Avaliação Patrimonial	21	15.912.425	16.469.294	15.912.425	16.469.294
Reservas de Lucros	21	33.000.880	26.904.991	33.000.880	26.904.991
Atribuído aos acionistas controladores		54.866.792	49.327.772	54.866.792	49.327.772
Atribuído aos acionistas não controladores		-	-	983.558	779.418
Total do Patrimônio Líquido		54.866.792	49.327.772	55.850.350	50.107.190
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido		97.433.292	91.213.485	108.325.176	99.423.177

Demonstrações do Resultado Abrangente em 31 de Dezembro - (Em Reais)					
Resultado do Exercício	Nota	Controladora		Consolidado	
		2024	2023	2024	2023
Resultado do Exercício		7.356.819	(1.123.202)	7.671.204	(973.401)
Outros Componentes do Resultado Abrangente		-	-	-	-
Total do Resultado Abrangente do Exercício		7.356.819	(1.123.202)	7.671.204	(973.401)
Atribuível a:					
Acionistas controladores		-	-	7.356.819	(1.123.202)
Acionistas não controladores		-	-	314.385	149.801

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.
Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2024 - (Em Reais, exceto quando indicado de outra forma)
Nota 1 - Informações Gerais
 A Companhia tem como atividade preponderante o beneficiamento de madeiras em geral. Operando no segmento de Agroindústria, produz chapas de madeira compensada. Atua no mercado interno, principalmente nas regiões Sudeste e Sul e no mercado externo, abrangendo América do Sul, América do Norte, Europa e Ásia.
 O regime de tributação da Companhia é Lucro Real.
Nota 2 - Bases de Preparação das Demonstrações Financeiras
 As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram elaboradas em consonância com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, em atendimento a NBC TG 1000 - Contabilidade para Pequenas e Médias empresas, observando as diretrizes contábeis emanadas da legislação societária (Lei 6.404/76) que incluem os novos dispositivos introduzidos, alterados e revogados pelas Leis 11.638, de 28 de dezembro de 2007 e 11.941/09 (anteriormente Medida Provisória 449/08).
 A emissão dessas demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram autorizadas pela Administração e Conselho Fiscal em 03 de março de 2025.
Nota 3 - Resumo das Principais Práticas Contábeis
3.1. Apuração do resultado
 O resultado é apurado pelo regime de competência de exercícios para apropriação de receitas, custos e despesas correspondentes.
3.2. Caixa e equivalentes de caixa
 Caixa e equivalentes de caixa incluem numerário em poder da Companhia, depósitos bancários de livre movimentação e aplicações financeiras de curto prazo e de alta liquidez com vencimento original em três meses ou menos.
3.3. Compensações entre Contas
 Como regra geral, nas demonstrações financeiras, nem ativos e passivos, ou receitas e despesas são compensados entre si, exceto quando a compensação é requerida ou permitida por um pronunciamento ou norma brasileira de contabilidade e está compensação reflete a essência da transação.
3.4. Transações em Moedas Estrangeiras
 Os itens nestas demonstrações financeiras são mensurados em moeda funcional Real (R\$), que é a moeda do principal ambiente econômico em que a Companhia atua e na qual é realizada a maioria de suas transações, e são apresentados nesta mesma moeda.
 Transações em outras moedas são convertidas para a moeda funcional conforme determinações do Pronunciamento Técnico CPC 02 - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Financeiras. Os itens monetários são convertidos pelas taxas de fechamento e os itens não monetários pelas taxas de câmbio da data da transação.
3.5. Instrumentos Financeiros
 O ativo financeiro é classificado como mensurado ao custo amortizado, a valor justo por meio do resultado ou a valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos.
Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado
 Os ativos são mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos diretamente no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado
 Os ativos financeiros são mensurados ao valor justo por meio do resultado, a menos que sejam mensurados ao custo amortizado ou a valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente para fins de venda no curto prazo. Os ativos financeiros dessa categoria são classificados como ativos circulantes. O resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido diretamente no resultado. Ativos financeiros mensurados a valor justo por meio de outros resultados abrangentes
 Os ativos são mensurados de forma subsequente ao valor justo. Os rendimentos e juros calculados utilizando o método de juro efetivo, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em outros resultados abrangentes. No desreconhecimento, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes é reclassificado para o resultado.
Desreconhecimento
 A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.
Compensação
 Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida e de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.
3.6. Ativo e Passivo - Circulante e Não Circulante
 Os ativos circulantes e não circulantes, quando aplicável, são reduzidos, mediante provisão, aos seus valores prováveis de realização. Os passivos circulantes e não circulantes, quando aplicável, incluem os encargos incorridos. Ativos e obrigações vencidas ou com expectativa de realização dentro dos próximos 12 meses são classificados como itens circulantes e aqueles com vencimento ou com expectativa de realização superior a 12 meses são classificados como itens não circulantes.
3.7. Imposto de renda e contribuição social
 São calculados com base nas alíquotas vigentes de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido e consideram a compensação de prejuízos fiscais e lase negativa de contribuição social, para fins de determinação de exigibilidade.
 Para as diferenças temporárias dos ajustes de custo atribuído e de variação do valor justo dos ativos biológicos são registrados imposto de renda e contribuição social diferidos. Os impostos de diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis.
3.8. Estoques
 Os estoques são demonstrados ao custo médio das compras e custos de produção, que não excede o valor de mercado ou custo de reposição.
3.9. Investimentos
 Os investimentos são avaliados pelo método de equivalência patrimonial.
3.10. Imobilizado
 O imobilizado é demonstrado ao custo de aquisição, deduzidos de depreciação acumulada e perda por redução ao valor recuperável, quando aplicável. São registrados neste grupo também as imobilizações em andamento. A depreciação desses ativos inicia-se quando eles estão prontos para uso na

Mutações do Patrimônio Líquido dos Exercícios Encerrados - (Em Reais)																
		Reservas de Lucros														
		Reserva Social	Reserva de Capital	Reserva de Reavaliação	Reserva Legal	Reserva de Ativos Biológicos	Retenção de Lucros	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Lucros Acumulados (Prejuízos)	Patrimônio Líquido Controladores	Participação Acionistas Não Controladores	Patrimônio Líquido Total				
Em 31 de dezembro de 2022		3.038.715	465.950	2.448.822	430.476	15.402.737	12.073.399	17.026.163	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado do Exercício		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.123.202)	(1.123.202)	-	-	-
Ajuste ao valor Justo Ativos Biológicos		-	-	-	-	(882.933)	-	-	-	-	-	882.933	-	-	-	-
Tributos Diferidos sobre Ajuste ao valor Justo		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ativos Biológicos		-	-	-	-	-	-	300.197	-	-	-	(300.197)	-	-	-	-
Realização dos Ativos Biológicos (-	-	-	-	-	-	4.478.781	-	-	-	4.478.781	-	-	-	-
Realização dos Tributos Diferidos sobre Ativos Biológicos		-	-	-	-	-	-	1.522.786	-	-	-	(1.522.786)	-	-	-	-
Realização do Custo Atribuído (amortização)		-	-	-	-	-	-	-	-	-	(843.741)	843.741	-	-	-	-
Tributos Diferidos sobre Realização do Custo Atribuído		-	-	-	-	-	-	-	-	-	286.872	(286.872)	-	-	-	-
Destinações Propostas																
Constituição de Reserva Legal		-	-	-	91.640	-	-	-	-	-	-	(91.640)	-	-	-	-
Dividendo Mínimo Obrigatório		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(435.288)	-	-	-	(435.288)
Destinação para Reservas		-	-	-	-	-	-	2.445.470	-	-	-	(2.445.470)	-	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2023		3.038.715	465.950	2.448.822	522.116	11.864.006	14.518.869	16.469.294	-	-	-	-	49.327.772	779.418	50.107.190	7.671.204
Resultado do Exercício		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	7.356.819	7.356.819	314.385	7.671.204	-
Ajuste ao valor Justo Ativos Biológicos		-	-	-	-	3.485.787	-	-	-	-	-	(3.485.787)	-	-	-	-
Tributos Diferidos sobre Ajuste ao valor Justo Ativos Biológicos		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ativos Biológicos		-	-	-	-	(1.185.168)	-	-	-	-	-	1.185.168	-	-	-	-
Realização dos Ativos Biológicos		-	-	-	-	(4.071.071)	-	-	-	-	-	4.071.071	-	-	-	-
Realização dos Tributos Diferidos sobre Ativos Biológicos		-	-	-	-	1.384.164	-	-	-	-	-	(1.384.164)	-	-	-	-
Realização do Custo Atribuído (amortização)		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(843.741)	843.741	-	-	-
Tributos Diferidos sobre Realização do Custo Atribuído		-	-	-	-	-	-	-	-	-	286.872	(286.872)	-	-	-	-
Destinações Propostas																
Constituição de Reserva Legal		-	-	-	85.627	-	-	-	-	-	-	(85.627)	-	-	-	-
Dividendo Mínimo Obrigatório		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.817.799)	(1.817.799)	(110.245)	(1.928.044)	-
Destinação para Reservas		-	-	-	-	-	-	6.396.550	-	-	-	(6.396.550)	-	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2024		3.038.715	465.950	2.448.822	607.743	11.477.718	20.915.419	15.912.425	-	-	-	-	54.866.792	983.558	55.850.350	50.107.190

Demonstração do Resultado dos Exercícios Encerrados em 31 de Dezembro - (Em Reais)					
Resultado do Exercício	Nota	Controladora		Consolidado	
		2024	2023	2024	2023
Resultado do Exercício		12.193.207	14.421.348	18.503.521	24.114.775
Receita Líquida	22	-	-	-	-
Perdas Eventuais		(58.276)	(2.713)	(58.276)	(2.713)
Variação do Valor Justo dos Ativos Biológicos		3.485.787	(882.933)	3.485.787	(882.933)
Custos das Mercadorias Vendidas		(11.193.480)	(12.779.312)	(11.607.861)	(12.779.312)
Lucro Operacional Bruto		4.427.238	756.390		

MADEIREIRA THOMASI S.A.												
Nota 5 - Instrumentos Financeiros Básicos												
	Controladora				Consolidado							
	2024	2023	2024	2023	2024	2023	2024	2023	2024	2023	2024	2023
Ativos Financeiros												
Caixa e equivalentes de caixa	24.369.708	19.250.728	31.304.199	25.244.583								
Contas a receber de clientes	2.393.786	3.033.049	14.141.453	9.871.229								
Mútuos com partes relacionadas	2.074.774	1.890.782	2.059.998	1.888.384								
Total	28.838.268	24.174.559	47.505.650	37.004.196								
	Controladora				Consolidado							
	2024	2023	2024	2023	2024	2023	2024	2023	2024	2023	2024	2023
Passivos Financeiros												
Fornecedores	253.302	361.553	522.801	395.747								
Mútuos com partes relacionadas -	29.222.339	29.309.341	9.948.496	10.105.498								
Total	25.475.641	25.740.894	10.471.297	10.501.245								
Nota 6 - Caixa e Equivalentes de Caixa												
	Controladora				Consolidado							
	2024	2023	2024	2023	2024	2023	2024	2023	2024	2023	2024	2023
Caixa	10	1	10	1								
Bancos	25.166	18.227	31.216	19.230								
Aplicações Financeiras (a)	24.344.532	19.232.500	31.277	25.225.352								
Total de Caixa e Equivalentes de Caixa	24.369.708	19.250.728	31.304.199	25.244.583								
a) Em 21 de dezembro de 2022 a Agropesp adquiriu aplicação financeira do Banco BTG Pactual em USD 3.008.018, a taxa de conversão utilizada em R\$ 5,2177, convertido para moeda corrente R\$ 15.694.935. Em 18 de agosto de 2023 valor foi transferido da Agropesp para a Madeireira Thomasi. Em 31 de dezembro de 2024 a Companhia possuiá USD 3.293.853,84, à taxa de conversão de R\$ 6,1917, correspondendo à R\$ 20.394.554,82.												
Nota 7 - Contas a Receber												
	Controladora				Consolidado							
	2024	2023	2024	2023	2024	2023	2024	2023	2024	2023	2024	2023
Clientes Nacionais	7.355	138.188	11.755.022	6.976.368								
Clientes Estrangeiros	172.079	1.428.447	172.079	1.428.447								
Câmbio Pronto	2.214.352	1.466.414	2.214.352	1.466.414								
Total de Contas a Receber	2.393.786	3.033.049	14.141.453	9.871.229								
Por Moeda												
	Controladora				Consolidado							
	2024	2023	2024	2023	2024	2023	2024	2023	2024	2023	2024	2023
Real	7.355	138.188	11.755.022	6.976.368								
Libra	2.071.862	-	2.071.862	-								
Dólar	314.569	2.894.861	314.569	2.894.861								
Total de Contas a Receber	2.393.786	3.033.049	14.141.453	9.871.229								
Garantias:												
Em 31 de dezembro de 2024 não existiam Contas a Receber de Clientes dadas como garantia em contratos de Empréstimos e Financiamentos.												
Nota 8 - Impostos A Recuperar												
	Controladora				Consolidado							
	2024	2023	2024	2023	2024	2023	2024	2023	2024	2023	2024	2023
Circulante												
Siscred Norma de Proc. Fiscal	11.757	537.224	11.757	537.224								
ICMS a Homologar	85.007	85.007	85.007	85.007								
ICMS a Recuperar Matriz (a)	-	1.473.481	-	1.473.481								
ICMS a Recuperar Ireneópolis	2.613	2.613	2.613	2.613								
IPI a Recuperar Matriz	13.278	16.574	13.278	16.574								
IRRF s/ Decisão Judicial	-	81	-	81								
PIS a Recuperar	-	35.526	-	47.828								
COFINS a Recuperar	-	267.838	-	324.614								
SENAR - Serv Nac de Aprendizagem Rural	31.519	25.160	31.519	25.160								
CSLL a Recuperar	-	-	-	16.467								
IRPJ a Recuperar	-	-	-	24.627								
Contribuição Social s/Lucro	11.569	11.569	11.569	11.569								
Créditos do Reintegro	213.452	205.434	213.452	205.434								
PÁES 2003 - INSS - A Recuperar	-	-	-	43.814								
IRRF s/ Aplicações Financeiras	-	49.807	-	49.807								
Total do Circulante	369.195	2.710.314	420.076	2.864.300								
Não Circulante												
PÁES 2003 - INSS - A Recuperar	-	-	-	60.462								
Total de Não Circulante	-	-	-	60.462								
Total de Impostos a Recuperar	369.195	2.710.314	420.076	2.924.762								
Nota 12 - Imobilizado												
	Controladora				Consolidado							
	2024	2023	2024	2023	2024	2023	2024	2023	2024	2023	2024	2023
Taxas de Depreciação	4%	4%	10%	10%								
Em 31 de dezembro de 2022												
Custo	15.685.909	13.078.236	1.646.542	11.526.303	127.057	550.814	-	150.952	2.372	-	42.768.185	-
Depreciação Acumulada	-	(3.336.424)	(433.188)	(8.489.024)	(89.587)	(336.030)	-	(132.301)	(2.372)	-	(12.818.926)	-
Valor Contábil	15.685.909	9.741.812	1.213.354	3.037.279	37.470	214.784	-	18.651	-	-	29.949.259	-
Adições	-	-	47.700	-	-	108.000	-	1.817	-	-	157.517	-
Depreciação	-	(434.538)	(66.854)	(474.546)	(6.822)	(92.178)	-	(7.839)	-	-	(1.082.777)	-
Saldo Final	15.685.909	9.307.274	1.194.200	2.562.733	30.648	230.608	-	12.629	-	-	29.023.999	-
Em 31 de dezembro de 2023												
Custo	15.685.909	13.078.236	1.694.242	11.526.303	127.057	658.814	-	152.769	2.372	-	42.925.702	-
Depreciação Acumulada	-	(3.770.962)	(500.042)	(8.963.570)	(96.409)	(428.208)	-	(140.140)	(2.372)	-	(13.901.703)	-
Valor Contábil	15.685.909	9.307.274	1.194.200	2.562.733	30.648	230.608	-	12.629	-	-	29.023.999	-
Adições	-	-	13.560	-	-	5.300	-	-	-	-	18.860	-
Baixas de Custo	-	-	-	-	-	(2.349)	(30.974)	-	-	-	(33.323)	-
Depreciação	-	(434.539)	(68.066)	(474.328)	(6.579)	(95.551)	-	(7.192)	-	-	(1.086.255)	-
Baixas de Depreciação	-	-	-	-	1.746	30.974	-	-	-	-	32.720	-
Saldo Final	15.685.909	8.872.735	1.139.694	2.088.405	28.766	135.055	-	5.437	-	-	27.956.001	-
Em 31 de dezembro de 2024												
Custo	15.685.909	13.078.236	1.707.802	11.526.303	130.008	627.840	-	152.769	2.372	-	42.911.239	-
Depreciação Acumulada	-	(4.205.501)	(568.108)	(9.437.898)	(101.242)	(492.785)	-	(147.332)	(2.372)	-	(14.955.238)	-
Valor Contábil	15.685.909	8.872.735	1.139.694	2.088.405	28.766	135.055	-	5.437	-	-	27.956.001	-
Consolidado												
	Controladora				Consolidado							
	2024	2023	2024	2023	2024	2023	2024	2023	2024	2023	2024	2023
Taxas de Depreciação	4%	4%	10%	10%								
Em 31 de dezembro de 2022												
Custo	18.300.209	16.446.486	1.646.542	11.553.090	273.455	815.944	-	150.952	2.372	-	49.189.500	-
Depreciação Acumulada	-	(3.487.664)	(433.188)	(8.506.736)	(159.687)	(349.692)	-	(132.301)	(2.372)	-	(13.071.640)	-
Valor Contábil	18.300.209	12.958.822	1.213.354	3.046.354	113.768	466.252	-	18.651	-	-	36.117.860	-
Adições	-	-	47.700	-	-	108.700	-	1.817	-	-	180.589	-
Depreciação	-	(570.318)	(66.854)	(477.553)	(21.000)	(143.715)	-	(7.839)	-	-	(1.287.279)	-
Saldo Final	18.300.209	12.388.504	1.194.200	2.581.673	92.768	431.237	-	12.629	-	-	35.010.720	-
Em 31 de dezembro de 2023												
Custo	18.300.209	16.446.486	1.694.242	11.565.962	273.455	924.644	-	152.769	2.372	-	49.369.639	-
Depreciação Acumulada	-	(4.057.982)	(500.042)	(8.984.289)	(180.687)	(493.407)	-	(140.140)	(2.372)	-	(14.358.919)	-
Valor Contábil	18.300.209	12.388.504	1.194.200	2.581.673	92.768	431.237	-	12.629	-	-	35.010.720	-
Adições	-	346.227	13.560	-	-	78.457	903.748	-	-	-	1.341.992	-
Baixas de Custo	-	-	-	-	-	(2.349)	(291.704)	-	-	-	(294.053)	-
Depreciação	-	(573.280)	(68.066)	(477.437)	(21.004)	(183.976)	-	(7.192)	-	-	(1.330.955)	-
Baixas de Depreciação	-	-	-	-	1.746	121.698	-	-	-	-	123.444	-
Saldo Final	18.300.209	12.161.451	1.139.694	2.104.236	149.618	981.003	-					

MADREIRA THOMASI S.A.		Nota 23 - Resultado Financeiro Líquido			
		Controladora		Consolidado	
		2024	2023	2024	2023
Receitas Financeiras					
Descontos Obtidos		5.479	687	6.062	687
Juros Rec. p/Atraso		154	1.636	154	1.636
Varição Cambial Ativa		5.783.905	740.169	5.783.905	2.064.847
Receita s/Aplicações Financeiras		1.326.071	908.546	2.003.474	1.268.070
Receitas Eventuais		80.419	-	80.419	-
Varição Monetária Ativa		6.360	-	3.367.425	2.892.762
Receitas Financeiras CCEE		1.416	1.431	1.416	1.431
Receita Financeira - Accrued Interest		72.405	-	72.405	-
Total de Receitas Financeiras		7.276.209	1.652.469	11.315.260	6.229.433
Despesas Financeiras					
Multas e Juros		(141.065)	(59.469)	(200.452)	(67.101)
Tarifas e Taxas		(12.575)	(14.165)	(12.924)	(16.338)
Imposto s/Oper. Financeiras-IOF		(25.142)	(39.052)	(26.165)	(39.579)
Despesas c/Fechamento de cambio		(11.775)	(10.132)	(11.775)	(10.132)
Varição Cambial Passiva		(856.361)	(1.476.587)	(856.361)	(3.543.502)
Descontos Concedidos		(2.031)	(161.157)	(2.031)	(161.157)
Acrescimos Legais		-	-	-	(366)
Varição Monetária Passiva		-	-	(1.083.486)	(5.178.543)
Despesas s/Aplicações Financeiras		-	-	-	(33.025)
Despesas Pato Tit. c/ Crédito ICMS		-	(60.665)	-	(60.665)
Despesas Financeiras CCEE		(15.103)	(8.953)	(15.103)	(8.953)
Despes. de Aplicações Financeiras		(82.107)	-	(125.037)	-
Desp. c/ Deságio Realiz. Créditos de ICMS		(157.640)	-	(157.640)	-
Total de Despesas Financeiras		(1.303.799)	(1.830.180)	(2.490.974)	(9.119.361)
Resultado Financeiro Líquido		5.972.410	(177.711)	8.824.286	(2.889.928)
Nota 24 - Cobertura de Seguros					
Companhia e suas controladas informam que no exercício de 2024, não contratou seguros para os bens patrimoniais, mantendo apenas medidas preventivas de proteção para os demais bens. A cobertura contratada é considerada suficiente pela Administração para cobrir eventuais riscos da atividade.					
Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:					
<ul style="list-style-type: none"> Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da companhia. Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos OU condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da companhia. 					
Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Joinville (SC), 05 de março de 2025.					
		Simone Mathias Leite - Contadora CRC (RS) nº 053.378/T-SC CNAI 3.252		Juliano César de Souza - Contador CRC (SC) nº 042.071/O-3 CNAI 5.779	
		SAPPPIA AUDITORES		SAPPPIA AUDITORES E CONSULTORES CRC (SC) nº 8.745/O-1 - CVM nº 12.106	

continuação

São Caetano S/A, em que o Autor pede a "... declaração de nulidade da convocação para a Assembleia realizada em 07 de julho de 2022 e da consequente deliberação que aprovou o aumento do capital social da Ré e alterou o artigo 5º de seu estatuto social...". Em 2024 houve sentença de improcedência, confirmada no Tribunal e já transitada em julgado. Assim, o risco de perda é, atualmente, considerado inexistente.

d) Processo nº 0000273-76.2024.5.09.0643
Trata-se de ação envolvendo ex-empregado de **Ran Gestão de Ativos Florestais Ltda.**, com pedido de responsabilidade subsidiária de **Madeiraira Thomasi S/A** e de **Lavradora Racional de Madeiras Lavrama S/A**.
Aguarda publicação de sentença. Perda possível: R\$ 15.000,00.

e) Processo nº 0000280-68.2024.5.09.0643
Ação envolvendo ex-empregado de **Ran Gestao De Ativos Florestais Ltda.**, com pedido de responsabilidade subsidiária de **Madeiraira Thomasi S/A** e de **Lavradora Racional de Madeiras Lavrama S/A**.
Aguarda publicação de sentença. Perda possível: R\$ 15.000,00.

f) Processo nº 19.530.488-2
Trata-se de auto de infração nº 134025 lavrado em 17/09/2022 por "Destruir vegetação nativa em estágio inicial de regeneração em área de reserva legal, sem autorização do órgão ambiental competente. Área correspondente a 44,32 hectares. Apresentada defesa administrativa em 10/04/2023. O valor atualizado da multa é de R\$ 250.449,58.

g) Processo nº 19.530.513-7
Trata-se de auto de infração nº 134026 lavrado em 17/07/2022 por "Destruir floresta em estágio inicial, sem autorização, no Bioma Mata Atlântica. Área correspondente a 48,52 hectares. Apresentada defesa administrativa em 10/04/2023. O valor atualizado da multa é de R\$ 299.982,94.

20.4 Contingências Possíveis - AGROPESP
A **Agropesp Agropecuária São Paulo S.A.** possui as contingências relacionadas abaixo, com classificação de risco possível conforme seus assessores jurídicos, para os quais nenhuma provisão foi constituída tendo em vista que as práticas contábeis no Brasil não requerem a sua contabilização:

a) Processo nº 0006841-71.2004.4.01.3600
Trata-se de Execução das Taxas de Fiscalização do Mercado de Valores Mobiliários, instituída pela Lei nº 7.940/89, referente aos meses jul/1995 a out/1997. O valor estimado da causa é de R\$ 50.414,25.

b) Processo nº 0017413-52.2005.4.01.3600
Trata-se de Execução da Taxa de Fiscalização do Mercado de Valores Mobiliários, instituída pela Lei nº 7.940/89, referente aos trimestres de jan/1998 a out/2001. O valor estimado da causa é de R\$ 340.885,96.

c) Processo nº 0028313-55.2009.4.01.3600
Trata-se de Execução das Taxas de Fiscalização do Mercado de Valores Mobiliários, instituída pela Lei nº 7.940/89, referente aos trimestres de jan/2002 a out/2004. O valor estimado da causa é de R\$ 149.026,69.

Nota 21 - Patrimônio Líquido

21.1. Capital Social
O capital social é composto por 3.038.715 ações ordinárias nominativas totalmente integralizadas, com valor nominal de R\$ 1,00 cada.

21.2. Reservas de Lucros
21.2.1. Reserva Legal
É constituída a razão de 5% do lucro líquido apurado no final do exercício após as devidas deduções, até atingir o limite de 20% do capital social.

21.2.2. Retenção de Lucros
Após a absorção dos prejuízos acumulados, constituição da Reserva Legal, provisão para pagamento do dividendo mínimo de 25% do lucro líquido e das devidas deduções/transferências realizadas, os saldos remanescentes de lucros acumulados foram destinados para Reserva de Retenção de Lucros conforme proposta da diretoria a ser aprovada pela Assembleia Geral.

21.2.3. Reserva de Ativos Biológicos
Foi constituída em função de a Companhia e suas controladas terem avaliado seus ativos biológicos a valor justo no balanço de abertura, e esses não terem sido financeiramente realizados. Sua realização se dará pelo efetivo consumo dos ativos biológicos avaliados a valor justo, quando será também oferecida a base de dividendos. O objetivo na criação da nova reserva, foi de constituir um instrumento que permitisse de forma transitória a manutenção dos efeitos do valor justo dos ativos biológicos até que sejam realizados financeiramente.

21.3. Ajustes de Avaliação Patrimonial
Foi constituída em função de a Companhia e suas controladas terem avaliados determinadas classes de ativos imobilizados ao custo atribuído no balanço de abertura, e esses não terem sido financeiramente realizados.

21.4. Dividendos
Os dividendos representam a parcela de lucros auferidos pela Companhia e suas controladas, que é distribuído aos acionistas a título de remuneração do capital investido nos exercícios sociais. Todos os acionistas têm direito a receber dividendos, proporcionais a sua participação acionária, conforme assegurado pela legislação societária brasileira e o estatuto social da Companhia e de suas controladas. A Companhia outorga a seus acionistas o direito ao recebimento a cada exercício de um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido anual.

Resultado do Exercício
(-) Reserva Legal
Base de Cálculo dos Dividendos
Dividendos Mínimos Obrigatórios (25%)
1.817.799

Nota 22 - Receita Líquida

		Controladora		Consolidado	
		2024	2023	2024	2023
Receitas de Vendas					
Vendas - MI - PP - Constr. Civil		126.856	125.123	126.856	125.123
Vendas de Toras		3.836.811	5.123.150	3.836.811	5.123.150
Venda de Soja		-	-	6.310.314	9.693.427
Vendas - ME - PP - Constr. Civil		8.679.125	9.702.413	8.679.125	9.702.413
Arrendamento Rural		12.642.792	14.950.686	18.953.106	24.644.113
Deduções da Receita					
(-) ICMS s/Vendas		(58.944)	(27.373)	(58.944)	(27.373)
(-) PIS s/Vendas		(64.035)	(86.204)	(64.035)	(86.204)
(-) COFINS s/Vendas		(294.947)	(397.058)	(294.947)	(397.058)
(-) Canc/Devol. de Mercad. - MI e ME		(31.659)	(18.703)	(31.659)	(18.703)
Total de Receita Líquida		12.193.207	14.421.348	18.503.521	24.114.775

Relatório dos Auditores Independentes Sobre as Demonstrações Financeiras Individuais

Aos Diretores e Acionistas da **Madeiraira Thomasi S.A.** - União da Vitória - PR

Opinião
Examinamos as demonstrações financeiras da **Madeiraira Thomasi S.A.**, identificadas como controladora e consolidado, que compreendem o balanço patrimonial consolidado, em 31 de dezembro de 2024, e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da **Madeiraira Thomasi S.A.** em 31 de dezembro de 2024, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com a NBC TG 1000 Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas (PMES).

Base para opinião
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à **MADREIRA THOMASI S.A.** e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras
A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com a NBC TG 1000 Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas (PMES) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Publicidade Legal é coisa séria!

- Atas
- Editais
- Balanços
- Súmulas
- Concorrências
- Tomada de Preços
- Avisos
- Comunicados
- Anúncios

Consulte nossa equipe

41 3333-9800

publegal@induscom.com.br

pl@induscom.com.br

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 17/04/2025

Aponte a câmera do seu celular para o QR Code para acessar a página de Publicações Legais no portal do Jornal Indústria & Comércio ou acesse através do link: https://www.diarioinduscom.com.br/Publicacoes_Legais



Documento final gerado em 17/04/2025 00:06:54

Esse documento pode ser validado através do QR CODE abaixo, ou via URL: <https://incodigital.ipsign.com.br/validador>

Identificador de validação: 38c3c8fed96e9c8bb7f55b2d63f09be7b1bc3261c2e133c6fe05847331936366



Assinatura

Assinado em: 17/04/2025 00:07:04

Tipo de assinatura: Desenho na tela

Assinante: Fabiano Fernando Furtado - INCO EDITORA DIARIO INDUSTRIA E COMERCIO LTDA

CPF: 01993841938

E-mail: financeiro2@induscom.com.br

Identificador: e546c9a3fdee71f3383e89bf70394eb2



IP	Local	Cidade	CEP	UF	Software
187.53.118.239, 172.31.8.249	-25.4278167, -49.2385438	Curitiba	82530-230	PR	Google Chrome/Microsoft Edge 135.0.0.0 / Windows



Emitido por: Fabiano Fernando Furtado - INCO EDITORA DIARIO INDUSTRIA E COMERCIO LTDA

E-mail: financeiro2@induscom.com.br

As partes reconhecem e declaram que o presente instrumento pode ser assinado entre as mesmas e respectivas testemunhas (quando presentes), por meio físico ou eletrônico, sendo certo que neste último caso as assinaturas serão consideradas juridicamente válidas, autênticas e vinculativas, nos termos da legislação aplicável.

Esse documento assinado de forma eletrônica está em conformidade com o Código Civil, Código de Processo Civil, Legislação vigente que regula as assinaturas eletrônicas e Medida Provisória nº 2.200-2/2001.

Documento assinado com certificado digital em conformidade com a legislação aplicável vigente. A validade do mesmo poderá ser confirmada através do verificador de conformidade do ITI - Instituto Nacional de Tecnologia da Informação, através do link: validar.iti.gov.br

A assinatura desse documento com certificado digital, gerará crítica em caso de tentativa de modificação do seu conteúdo, podendo ser constatada nas propriedades dos certificados digitais do mesmo, quando o arquivo for aberto através de visualizadores de PDF de terceiros.

Esse documento é acompanhado do seu PROTOCOLO DE AUTENTICIDADE, em arquivo paralelo, no qual se encontra o hash SHA256 de validação, o que garante que o conteúdo desse documento não sofreu alteração após assinatura das partes. O hash SHA256 deverá ser o mesmo obtido através dos mecanismos de extração de hash disponíveis pelas ferramentas de terceiros.

